



1. Conjuntura Econômica

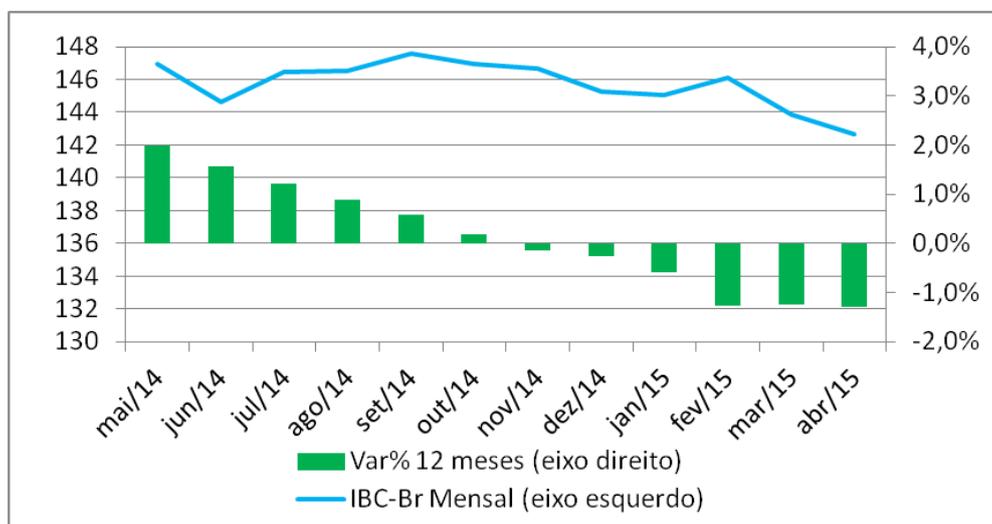
1.1 Atividade Econômica - Brasil

Seção	Pág
1. Conjuntura Econômica	1
2. Acompanhamento da Execução Orçamentária	10
2.1 Receita Arrecadada	10
2.2 Despesa Liquidada	13
3. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP	20
4. Previdência Social no Município de São Paulo	21
5. Estudos - CBO	33

A atividade econômica brasileira registrou, no mês de abril/2015, uma queda de 0,84% com relação a março/2015 (dados dessazonalizados), segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central - IBC-Br. No mês de março/2015, o nível da atividade econômica havia apresentado retração de 1,51% frente a fevereiro/2015 (dados revisados).

O Gráfico 1.1 ilustra a evolução mensal do índice nos últimos 12 meses. O índice acumulado em 12 meses (mai/14 a abr/15) registrou queda de 1,30% em relação aos 12 meses anteriores (mai/13 a abr/14).

Gráfico 1.1 - IBC-Br – Evolução Mensal e Var. % acumulada em 12 meses
(dados dessazonalizados)



Fonte: Banco Central do Brasil

Acompanhando a desaceleração da atividade econômica, as expectativas de mercado quanto ao crescimento do PIB em 2015 têm se deteriorado, caindo para -1,49%, segundo o Relatório Focus do Banco Central de 26/junho, que apresenta projeções dos principais indicadores econômicos estimados pelas instituições financeiras (Gráfico 1.2).

No mês de abril, os principais indicadores setoriais apresentaram queda, como mostra a Tabela 2.1.

Tabela 2.1 - Indicadores Setoriais - Brasil

Indicadores Setoriais	Abr 2015 Var.%	12 meses Var.%
Indústria	-1,2%	-4,8%
Comércio	-0,4%	0,2%
Serviços	-6,1%	-3,9%

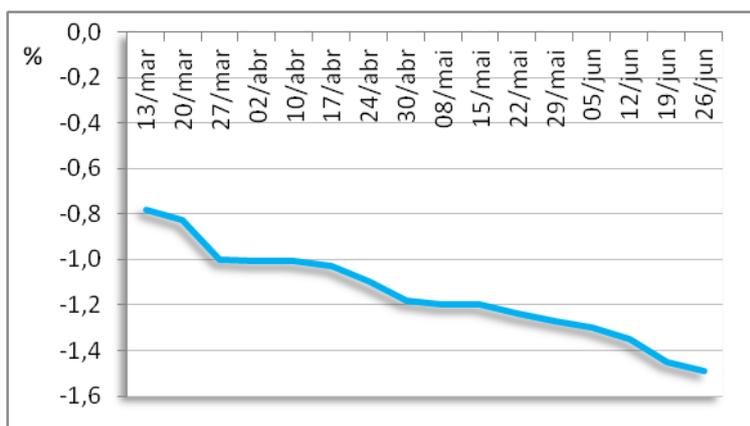
Fonte: Indústria - Pesquisa Industrial Mensal - PIM-PF/IBGE
Comércio - Pesquisa Mensal do Comércio - PMC/IBGE
Serviços - dados Pesquisa Mensal de Serviços - PMS/IBGE
deflacionados pela inflação de serviços calculada pelo Banco Central do Brasil

A produção da indústria nacional, em abril/2015, apresentou retração de 1,2% em relação a março/2015 (dados dessazonalizados), mês em que foi registrado contração de 0,7% (dados revisados) em relação ao mês anterior.

Com esse resultado, a produção industrial acumula em 12 meses (mai/14 a abr/15) retração de 4,8% em relação aos 12 meses anteriores (mai/13 a abr/14).

Com relação aos dados do mês de maio/2015, a indústria automotiva, que representa cerca de

Gráfico 1.2 - Expectativa de Crescimento % - PIB 2015



Fonte: Relatório FOCUS/BCB

19% do PIB industrial, apresentou uma queda de 3,4%, em relação a abril/2015, da produção em unidades de autoveículos, e uma retração de 1,2% na produção de máquinas agrícolas e rodoviárias, segundo os dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Anfavea. No acumulado de janeiro a maio/2015, houve uma queda de 19,1% da produção em unidades de autoveículos e de 23,0% da produção de máquinas agrícolas e rodoviárias, comparativamente ao mesmo período de 2014.

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, o volume de vendas do comércio varejista apresentou, em março/2015, uma queda real de 0,4% (dados dessazonalizados) em relação ao mês anterior. Em março/2015, o índice havia apontado retração de 1,0% (dados revisados) em relação ao mês anterior.

No acumulado dos últimos 12 meses (mai/14 a abr/15), o volume de vendas do comércio varejista nacional registrou alta real de 0,2% em comparação com o período anterior de 12 meses (mai/14 a abr/15).

A Pesquisa Mensal de Serviços - PMS do IBGE mostrou que o setor de serviços nacional teve, em abril/2015, um crescimento de 1,7% da sua receita nominal em relação a abril/2014.

A PMS não conta com um deflator específico, porém aplicando-se o IPCA-Serviços acumulado em 12 meses como deflator da receita nominal, apura-se, em abril/2015, uma queda real de 6,1% da receita do setor em relação a abril/2014.

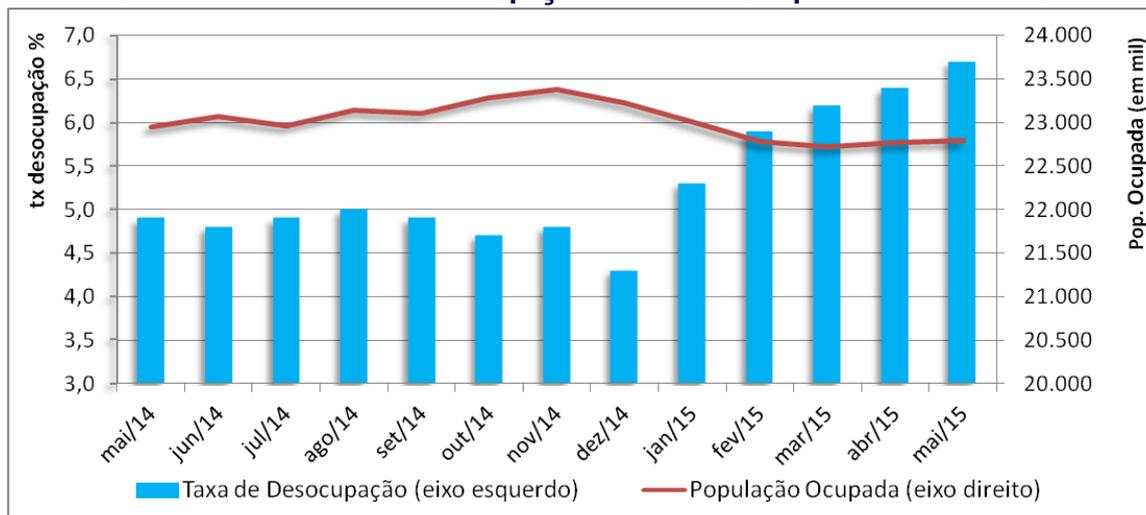
No acumulado dos últimos 12 meses (mai/14 a abr/15), a receita nominal registrou crescimento de 4,2% em comparação com o

período anterior de 12 meses (abr/13 a mar/14). Novamente, utilizando o IPCA-Serviços como deflator, registra-se uma queda real de 3,9% da receita do setor.

A Pesquisa Mensal do Emprego - PME/IBGE, que abrange as seis maiores regiões metropolitanas no país, registrou, em maio, um crescimento de 0,1% da população ocupada em relação a abril e uma queda de 0,7% em relação a maio/2014.

Apesar do aumento da população ocupada, a taxa de desocupação em maio foi de 6,7%, subindo 0,3 ponto percentual em relação a abril, quando a taxa foi de 6,4%. Em relação a maio/2014, a taxa de maio/2015 representou uma elevação de 1,8 ponto percentual.

Gráfico 1.4 - Taxa de Desocupação e Pessoas Ocupadas 2014 e 2015



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - IBGE

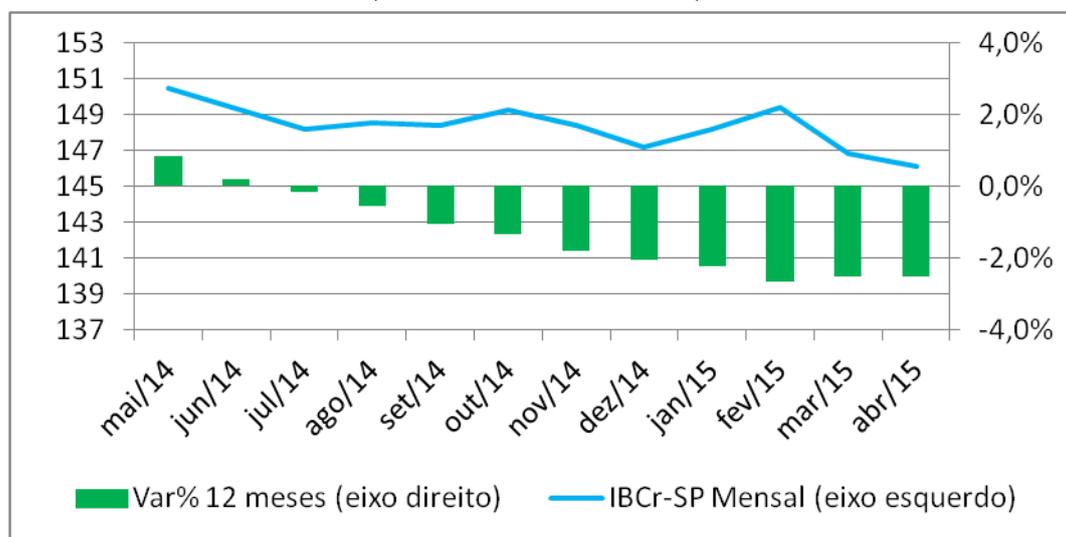
1.2 Atividade Econômica - São Paulo

A atividade econômica paulista registrou, em abril, contração de 0,5% em relação ao mês anterior, segundo o Índice de Atividade Econômica Regional - São Paulo do Banco Central - IBCr - SP (Gráfico 1.5). Em março, o índice já havia apontado queda de 1,7%

(dados revisados) da atividade econômica paulista.

No acumulado nos últimos 12 meses (mai/14 a abr/15), o índice registra uma queda de 2,5% em relação aos 12 meses anteriores (mai/13 a abr/14).

Gráfico 1.5 - IBCr - SP - Est. São Paulo – Evolução Mensal e Var. % acumulada em 12 meses (dados dessazonalizados)



Fonte: Banco Central do Brasil

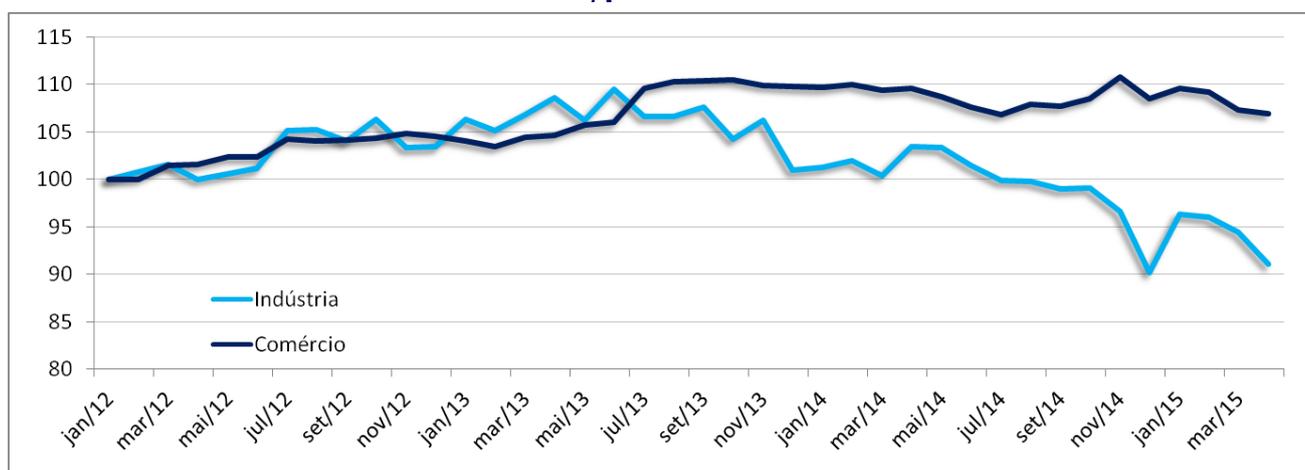
A produção da indústria paulista, em abril/2015, registrou forte queda de 3,6% (dados dessazonalizados) em relação ao mês anterior. Em março/2015, a indústria paulista havia apresentado crescimento de 1,6% (dados revisados) na comparação com o mês de fevereiro/2015.

No acumulado dos últimos 12 meses (mai/14 a abr/15), a produção apresentou contração de 6,9% em relação aos 12 meses anteriores (mai/13 a abr/14).

Conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, o volume de vendas do comércio varejista paulista registrou queda de 0,4% em abril/2015 (dados dessazonalizados) em relação a março/2015, mês em que já havia apresentado queda de 1,7% (dados revisados) em relação ao mês anterior.

No acumulado dos últimos 12 meses (mai/14 a abr/15), o volume de vendas registra queda de 0,8% comparativamente aos 12 meses anteriores (mai/13 a abr/14).

Gráfico 1.5 - Produção Industrial e Comércio Varejista no Estado de SP
Índice base/janeiro 2012 = 100



Fonte: Indústria - Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física / IBGE
Comércio - Pesquisa Mensal do Comércio / IBGE

A Pesquisa Mensal do Emprego - PME/IBGE, mostrou que, na região metropolitana de São Paulo, a taxa de desocupação em maio/2015 foi de 6,9%, aumentando 0,6 ponto percentual em relação a abril/2015, quando era de 6,3%. A taxa de maio representou uma elevação de 1,8 ponto percentual em relação a maio/2014, quando era de 5,1%.

De acordo com a PME/IBGE, na região metropolitana de São Paulo, a população ocupada ficou estável em relação a abril/2015 e apresentou um crescimento de 0,5% em relação a maio/2014.

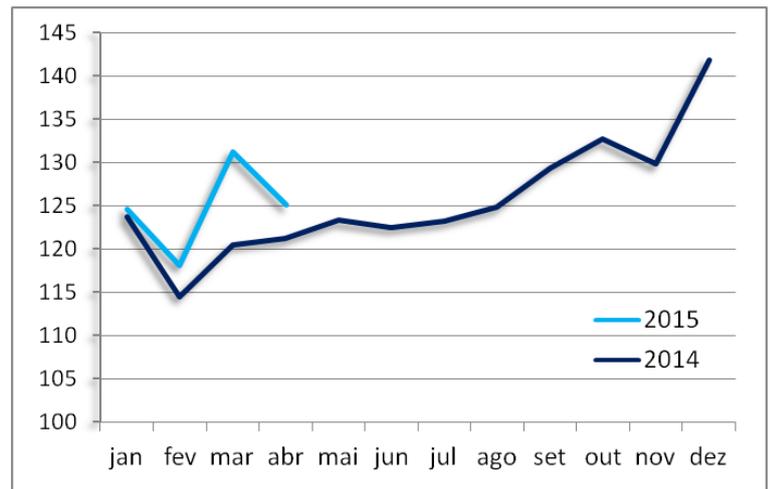
A Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE apontou que o setor de serviços paulista mostrou, em abril/2015, um crescimento de 3,2% da sua receita nominal em relação a abril/2014. Em março/2015, o crescimento nominal havia sido de 9,0% (dados revisados) em relação a março/2014.

No acumulado dos últimos 12 meses (mai/14 a abr/15), a receita nominal registrou crescimento de 4,5% em comparação com o período anterior de 12 meses (mai/13 a abr/14).

Mercado Imobiliário

Em relação ao mercado imobiliário de imóveis residenciais novos do município de São Paulo, segundo dados da Pesquisa do Mercado Imobiliário de São Paulo, divulgada mensalmente pelo SECOVI-SP, o Valor Global de Vendas - VGV (Gráfico 1.7) em abril/2015 atingiu R\$ 884,2 milhões, o que representa um variação negativa de 32,9%, considerando o valor nominal do mesmo mês em 2014, e um aumento de 31,4% em relação ao mês anterior - março/2015.

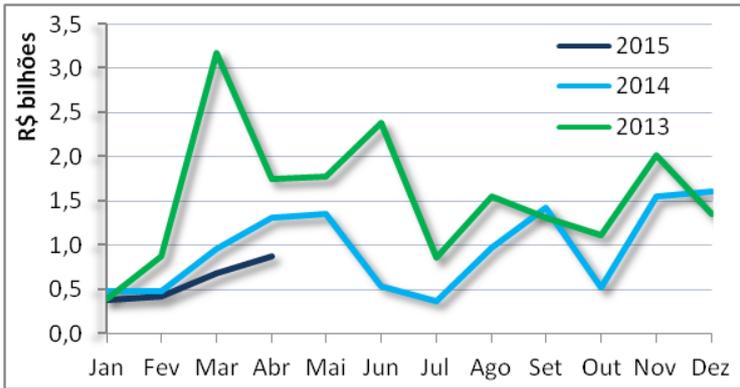
Gráfico 1.6 - Índice de Receita Nominal do Setor de Serviços - Estado de SP



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços / IBGE

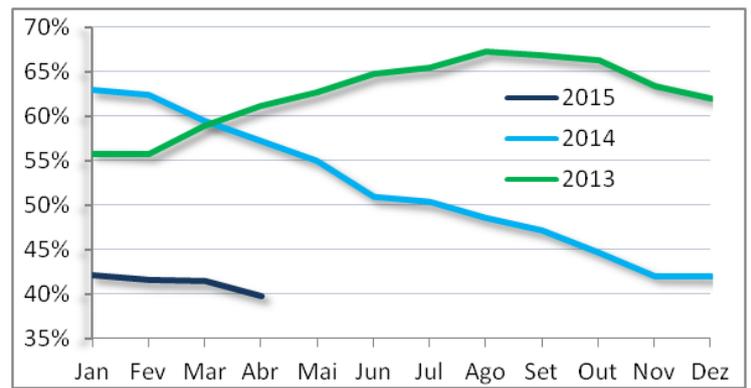
Outro indicador usado no relatório, o Vendas sobre Oferta - VSO de 12 meses (Gráfico 1.8), encerrou abril/2015 em 39,8%, significando que, nos últimos 12 meses, foram vendidos 39,8% dos imóveis ofertados (oferta inicial + lançamentos no período). Em março/2015, o VSO foi de 41,5% e, em abril/2014, havia sido de 57,2%.

Gráfico 1.7 - VGV (Valor Geral de Vendas) Mensal R\$ bilhões



Fonte: Pesquisa do Mercado Imobiliário / SECOVI-SP

Gráfico 1.8 - VSO (Vendas sobre Oferta) de 12 meses



Fonte: Pesquisa do Mercado Imobiliário / SECOVI-SP

1.3 Inflação e Política Monetária

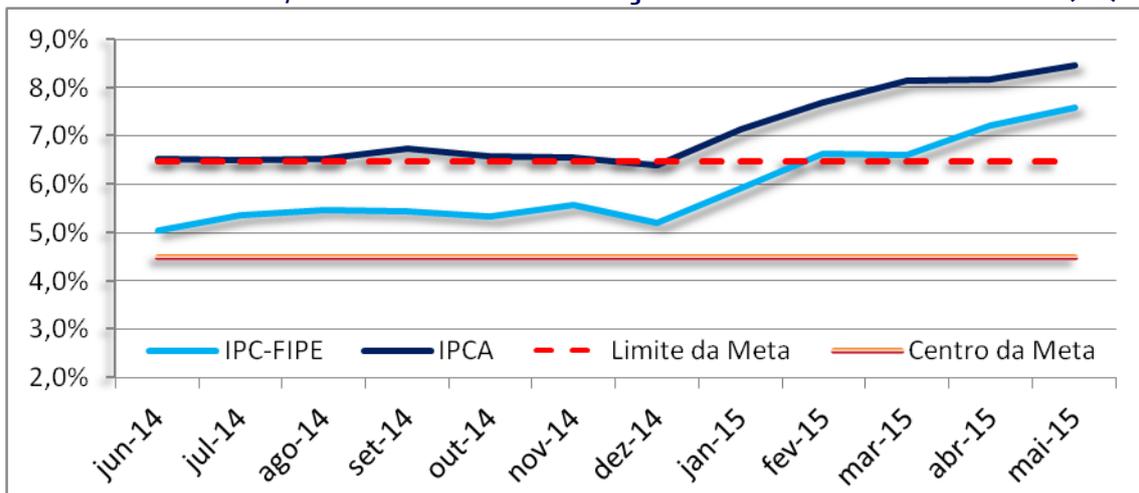
Em maio/2015, o IPC-FIPE registrou inflação de 0,62% na cidade de São Paulo. No mês anterior, o índice havia medido inflação de 1,10%. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação do IPC-FIPE subiu de 7,21% para 7,61% (Gráfico 1.7).

O IPCA/IBGE, índice de referência para o

regime de metas de inflação, apresentou inflação de 0,74% em maio/2015. Em abril, o índice havia registrado variação de 0,71%.

No acumulado dos últimos 12 meses, a variação do IPCA subiu de 8,17% para 8,47% (Gráfico 1.7), distanciando-se do limite superior de 6,50% estabelecido pelo regime de metas de inflação para 2015.

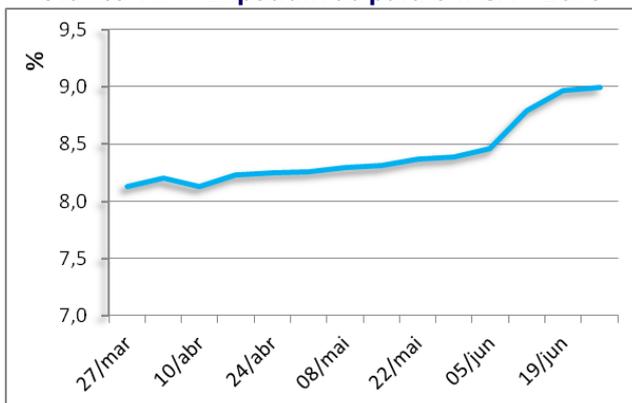
Gráfico 1.7 - IPCA/IBGE e IPC-FIPE - Variação Acumulada em 12 Meses (%)



Fontes: IPCA / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
IPC-FIPE / Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Em relação ao mês de junho/2015, o IPCA15, índice considerado uma prévia do IPCA, apresentou inflação de 0,99%. Com esse resultado, nos últimos 12 meses, o índice acumula variação de 8,80%.

Gráfico 1.9 - Expectativas para o IPCA - 2015



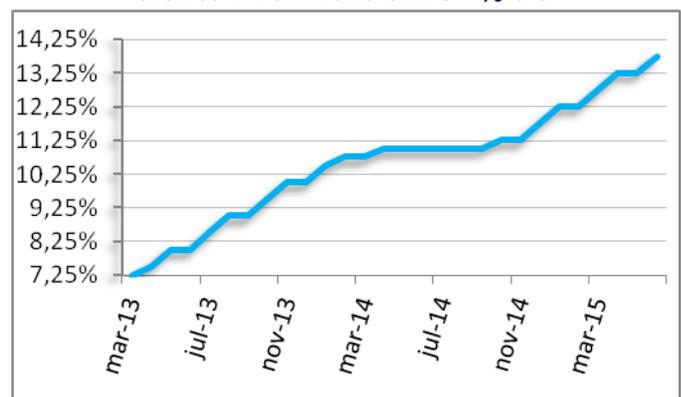
Fonte: Relatório FOCUS / Banco Central do Brasil

Entre as instituições financeiras, a mediana das expectativas de inflação (IPCA) para o ano de 2015 subiu para 9,0%, segundo o Relatório FOCUS/BCB de 26/junho (Gráfico 1.9).

O regime monetário adotado pelo Banco Central estabelece uma meta anual para inflação (IPCA) de 4,5%, com intervalo de tolerância de 2% para mais ou para menos.

Em resposta à persistência da taxa de inflação em níveis elevados, o Banco Central do Brasil iniciou em abril de 2013 um processo de progressivo aumento da taxa básica de juros, a Selic. Dando prosseguimento, na reunião de junho/2015, o Comitê de Política Monetária do Banco Central elevou a taxa Selic em 0,5%, para 13,75% ao ano (Gráfico 1.10).

Gráfico 1.10 - Taxa SELIC - % a.a



Fonte: Banco Central do Brasil

1.2 Arrecadação Estadual e Federal

A receita arrecadada de janeiro a maio/2015 pelo Governo Federal foi de R\$ 510,1 bilhões, um crescimento nominal de 4,7% em relação ao mesmo período de 2014. O Imposto de Renda (Pessoa Jurídica e Física), arrecadou até maio R\$ 143,6 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 7,1% em relação ao mesmo período de 2014 (Tabela 1.1). No mês de maio/2015, a arrecadação total foi de R\$ 91,5 bilhões, crescendo 4,1% em relação a maio/2014.

A receita tributária arrecadada de janeiro a maio pelo Governo do Estado de São Paulo foi de R\$ 64,0 bilhões, um crescimento nominal de 4,3% em relação ao mesmo período de 2014. Os principais itens da arrecadação estadual, o ICMS e o IPVA, arrecadaram (incluindo multas, juros e parcelamentos), respectivamente, até maio, R\$ 50,3 bilhões e R\$ 11,1 bilhões, crescimento de 3,2% e 7,3% em relação ao mesmo período de 2014.

Tabela 1.1 - Arrecadação Estadual e Federal - em R\$ milhões

	Mai 2014 (I)	Mai 2015 (II)	Var.Nom% (II / I)	Var.Real %	Jan-Mai 2014 (III)	Jan-Mai 2015 (IV)	Var.Nom% (IV / III)	Var.Real %
Arrecadação Federal								
TOTAL da RECEITA	87.897	91.500	4,1%	-4,0%	487.216	510.117	4,7%	-3,5%
<i>Principais itens</i>								
Imposto de Renda	21.022	22.787	8,4%	-0,1%	134.107	143.599	7,1%	-1,3%
Receita Previdenciária	26.226	26.595	1,4%	-6,5%	141.487	147.779	4,4%	-3,7%
Contribuições*	28.034	29.187	4,1%	-4,0%	138.771	145.324	4,7%	-3,5%
Arrecadação Estadual								
Rec. Tributária	10.825	10.862	0,3%	-7,5%	61.347	64.011	4,3%	-3,8%
<i>Principais itens</i>								
ICMS	9.881	9.813	-0,7%	-8,4%	48.715	50.261	3,2%	-4,9%
IPVA	445	468	5,1%	-3,1%	10.308	11.058	7,3%	-1,1%

(*) COFINS, PIS/PASEP, CSLL e CIDE-COMBUSTÍVEIS.

Fonte: Arrecadação Estadual - http://www.fazenda.sp.gov.br/download/relatorio/tab12_maio15.xls

Arrecadação Federal - Receita Federal <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao>

2. Acompanhamento da Execução Orçamentária

2.1 Receita Arrecadada - PMSP

A receita arrecadada de janeiro a maio de 2015 pela administração direta (PMSP), descontadas as deduções da receita corrente, foi de R\$ 19,3 bilhões, o que representa um aumento nominal de 15,2% em relação ao arrecadado no mesmo período de 2014. Em

termos reais, a arrecadação da Prefeitura apresenta crescimento de 6,2% (Tabela 2.1).

As receitas correntes (descontadas as deduções) apresentam aumento real de 6,2%, e as receitas de capital, um crescimento real de 5,1%.

Tabela 2.1 - Comparativo Receita Acumulada - em R\$

(Fonte: SOF/SF e Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br> - posição em 19/06/2015)

	Orçado 2015 (I)	Jan-Mai 2014 (II)	Jan-Mai 2015 (III)	Var.Nom% (III / II)	Var. Real%	%Orç. (III / I)
Rec. Correntes	43.077.527.363	17.320.172.439	19.854.566.176	14,6%	5,7%	46,1%
IPTU	7.243.872.785	3.297.359.645	3.527.758.086	7,0%	-1,4%	48,7%
ITBI	1.660.676.232	573.087.204	765.526.823	33,6%	23,1%	46,1%
ISS	11.863.217.228	4.413.979.502	4.673.757.506	5,9%	-2,4%	39,4%
Cota Parte ICMS ¹	7.447.995.686	2.708.836.920	2.755.604.471	1,7%	-6,2%	37,0%
Cota Parte IPVA	2.147.107.809	1.705.845.274	1.829.076.681	7,2%	-1,1%	85,2%
IR	1.554.504.640	499.197.639	591.355.409	18,5%	9,2%	38,0%
FUNDEB	3.455.471.664	1.397.571.002	1.462.112.339	4,6%	-3,6%	42,3%
SUS	2.081.888.000	699.583.231	675.529.916	-3,4%	-11,0%	32,4%
FPM	255.300.154	104.307.448	109.461.733	4,9%	-3,3%	43,1%
PPI	589.145.554	222.449.013	1.277.755.590	474,4%	429,6%	216,9%
Multas de Trânsito	948.231.987	334.777.912	363.860.016	8,7%	0,2%	38,4%
Demais Rec. Correntes	3.830.115.624	1.363.177.649	1.822.767.605	33,7%	23,3%	47,6%
(-) Deduções da Rec. Correntes	(2.034.888.020)	(953.029.019)	(1.001.846.074)	5,1%	-3,1%	49,2%
Rec. Correntes menos Deduções (A)	41.042.639.343	16.367.143.420	18.852.720.102	15,2%	6,2%	45,9%
Rec. Capital (B)	6.860.170.304	350.982.571	400.177.970	14,0%	5,1%	5,8%
Total PMSP (C=A+B)	47.902.809.647	16.718.125.991	19.252.898.072	15,2%	6,2%	40,2%
Adm. Indireta (D)	3.483.478.474	1.068.075.347	1.225.118.153	14,7%	5,7%	35,2%
Consolidado (C+D)	51.393.748.121	17.786.201.338	20.478.016.225	15,1%	6,1%	39,8%

(1) Inclui valores do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI e do Programa Especial de Pagamento - PEP

A variação significativa em "Demais Rec. Correntes" deve-se à receita de valores mobiliários referente à Operação Urbana Água Espreada no valor de R\$ 276,4 milhões, contabilizados em janeiro/2015, e aos recursos

oriundos da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal no valor de R\$ 386,7 milhões (R\$ 77,3 milhões por mês).

Somando-se a administração indireta, a arrecadação consolidada foi de R\$ 20,5 bilhões, um crescimento nominal de 15,1% frente ao mesmo período de 2014. A receita arrecadada da PMSP no período de janeiro a maio correspondeu a 40,2% da receita orçada para o ano. Enquanto as receitas correntes da PMSP atingiram 46,1% do orçado, as receitas de capital da PMSP alcançaram 5,8% do valor orçado para o ano.

Considerando apenas o mês de maio, a arrecadação da administração direta (PMSP) foi de R\$ 3,6 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 22,9% em relação a maio/2014 (Tabela 2.2).

Em termos reais, a arrecadação apresentou expansão de 13,3%.

Destacam-se as receitas com o Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, que arrecadaram no mês R\$ 595,4 milhões. Se fosse descontada a arrecadação de PPI, as receitas da Prefeitura teriam apresentado, no mês, crescimento nominal de apenas 3,8% (uma queda real de 4,3%)

Somando a Administração Indireta, a receita consolidada (adm. direta e indireta) em maio/2015 foi de R\$ 3,9 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 23,7% na comparação com maio/2014.

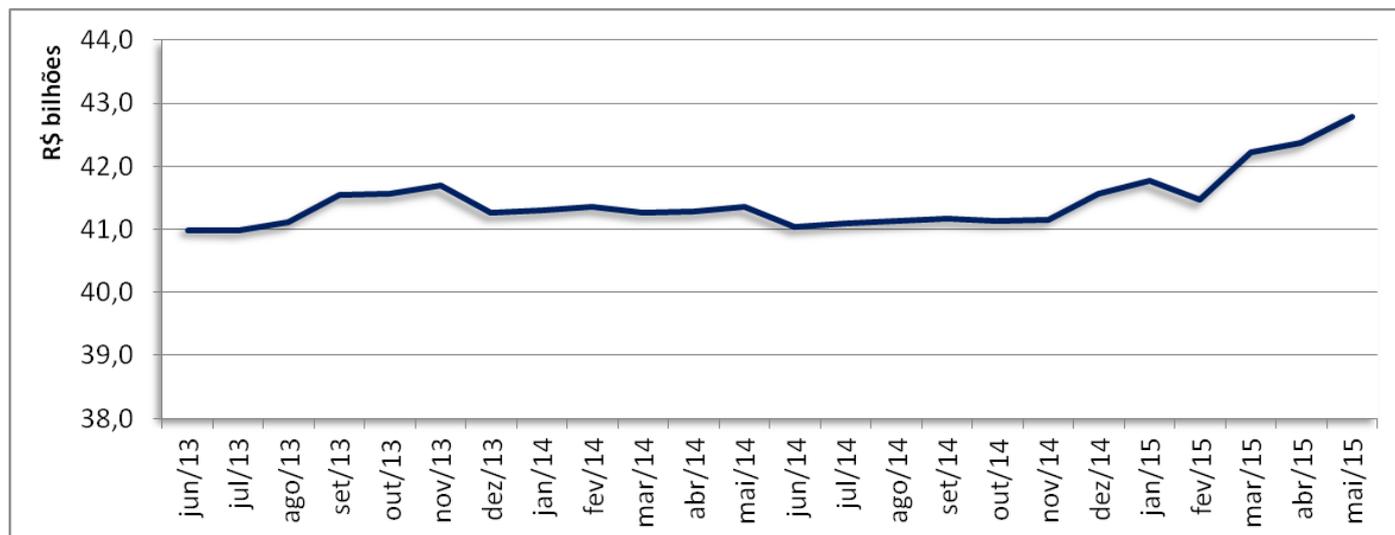
Tabela 2.2 - Comparativo Receita Mensal - em R\$

(Fonte: SOF/SF e Portal da Transparência da PMSP - posição em 19/06/2015)

	Mai 2014 (I)	Mai 2015 (II)	Var.Nom% (II / I)	Var. Real%
Rec. Correntes	2.957.276.200	3.633.971.635	22,9%	13,3%
IPTU	426.232.671	469.318.393	10,1%	1,5%
ITBI	130.533.451	125.215.260	-4,1%	-11,6%
ISS	877.166.638	919.247.659	4,8%	-3,4%
ICMS	553.023.753	535.558.829	-3,2%	-10,7%
IPVA	69.853.006	74.291.591	6,4%	-2,0%
IR	109.674.607	126.402.658	15,3%	6,3%
FUNDEB	244.619.221	251.046.931	2,6%	-5,4%
SUS	116.986.535	130.149.487	11,3%	2,6%
FPM	22.903.663	23.721.038	3,6%	-4,5%
PPI	32.298.494	595.439.307	1743,6%	1599,6%
Multas de Trânsito	58.505.300	73.912.824	26,3%	16,5%
Demais Rec. Correntes	315.478.862	309.667.657	-1,8%	-9,5%
(-) Deduções da Rec. Correntes	(137.816.971)	(137.088.795)	-0,5%	-8,3%
Rec. Correntes menos Deduções (A)	2.819.459.229	3.496.882.840	24,0%	14,3%
Rec. Capital (B)	124.592.743	120.522.281	-3,3%	-10,8%
Total PMSP (C=A+B)	2.944.051.972	3.617.405.121	22,9%	13,3%
Adm. Indireta (D)	223.206.177	299.172.327	34,0%	23,6%
Consolidado (C+D)	3.167.258.150	3.916.577.448	23,7%	14,0%

O Gráfico 2.2 apresenta a evolução mês a mês da receita arrecadada pela administração direta - PMSP acumulada nos últimos 12 meses, em valores atualizados para mai/2015.

**Gráfico 2.2 - Receita Acumulada 12 Meses - PMSP
Valores Corrigidos* para R\$ bilhões de Maio/2015**

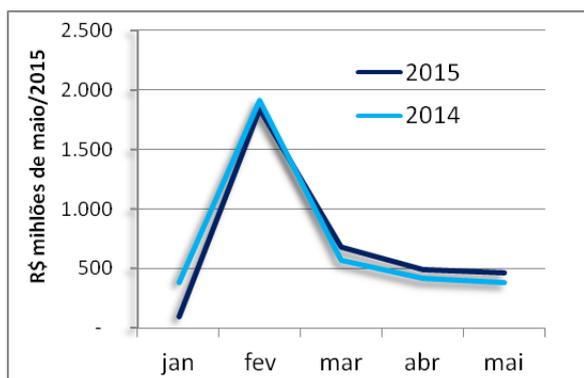


(* Atualizado pelo IPCA/IBGE Fonte: SOF - posição 19/06/2015

Os Gráficos 2.3 a 2.5 mostram a evolução mês a mês da receita arrecadada com os

três impostos municipais (ISS, IPTU e ITBI) em valores corrigidos para maio/2015.

Gráfico 2.3 - IPTU 2014 e 2015



Sobre o ITBI, cabe destacar que, em virtude da Lei 16.098/2014, até março vigorou a alíquota de 2% para valores de imóveis de valor acima de R\$ 73.256,87, fazendo com que muitos contribuintes antecipassem o pagamento do imposto para aproveitar os últimos momentos da alíquota menor.

Gráfico 2.4 - ITBI 2014 e 2015

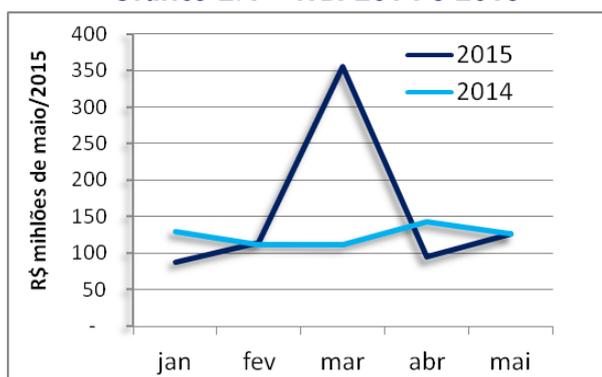
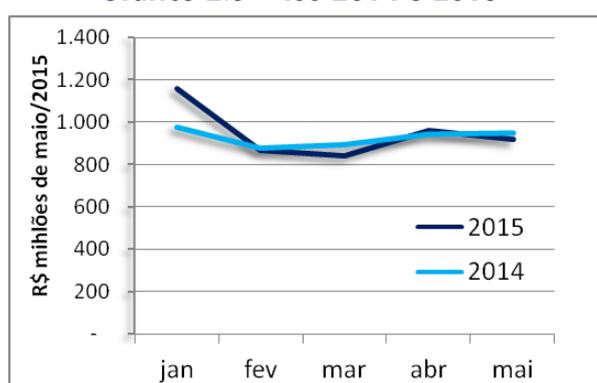


Gráfico 2.5 - ISS 2014 e 2015



2.2. Despesa Liquidada

A despesa liquidada até maio de 2015 pela administração direta (PMSP), excluindo a Câmara Municipal de São Paulo - CMSP e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP, foi de R\$ 11,9 bilhões, representando um aumento nominal de 4,5% frente ao mesmo período do exercício anterior. No consolidado da administração direta e indireta, a despesa liquidada totalizou R\$ 15,8 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 7,1% em relação ao mesmo período de 2014. A queda em “Juros e Encargos da Dívida” e

“Amortização da Dívida” deve-se a liminar em favor da PMSP para realizar em juízo o depósito das parcelas de pagamento da dívida com a União já considerando as novas regras da Lei Complementar 148/2014 (Tabela 2.1).

Em maio/2015, o orçamento consolidado foi atualizado para R\$ 51.434.312.642,13, sendo a diferença (R\$ 40,6 milhões), referente à abertura de crédito adicional suplementar, coberta através de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Tabela 2.1 - Comparativo da Despesa Acumulada

(Fonte: SOF, posição 22/06/2015)

	Orçado		Liquidado		Var. % Liq.	Var. Real% Liq.
	2014	2015	Jan-Mai/2014	Jan-Mai/2015		
Despesas Correntes (I)	28.666.789.270	30.431.215.461	10.004.759.581	10.514.610.337	5,1%	-3,1%
Pessoal e Encargos Sociais	10.070.082.171	10.638.875.576	3.553.124.714	3.930.263.745	10,6%	2,0%
Juros e Encargos da Dívida	3.079.912.801	2.544.715.699	1.143.945.635	803.210.479	-29,8%	-35,3%
Outras Despesas Correntes	15.516.794.298	17.247.624.186	5.307.689.233	5.781.136.114	8,9%	0,4%
Despesas de Capital (II)	12.288.381.209	10.297.768.539	1.427.748.700	1.431.575.644	0,3%	-7,6%
Investimentos	10.356.200.439	8.502.661.871	841.101.813	865.039.479	2,8%	-5,2%
Inversões Financeiras	366.614.000	4.374.547	2.244.014	1.413.503	-37,0%	-41,9%
Amortização da Dívida	1.565.566.770	1.790.732.121	584.402.873	565.122.662	-3,3%	-10,9%
Reserva de Contingência (III)	1.000	1.000	0	0		
Total PMSP (A = I + II + III)	40.955.171.479	40.728.985.000	11.432.508.281	11.946.185.981	4,5%	-3,7%
CMSP + TCMSP (B)	793.610.000	824.770.000	237.049.960	243.978.777	2,9%	-5,1%
Adm. Indireta (C)	8.820.544.108	9.839.993.121	3.115.299.789	3.640.233.516	16,9%	7,7%
Consolidado (A+B+C)	50.569.325.587	51.393.748.121	14.784.858.030	15.830.398.273	7,1%	-1,3%

Considerando apenas o mês de maio, a despesa liquidada pela PMSP foi de R\$ 2,8 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 10,4% em relação a maio de 2014 (Tabela 2.2). Em termos reais, o crescimento foi de 1,8%.

No consolidado, a despesa liquidada totalizou R\$ 3,7 bilhões, alta de 11,8% em comparação a maio de 2014.

No mês, não houve liquidação na ação “Serviço da Dívida Pública Interna - Refinanciamento”, explicando a variação negativa em “Juros e Encargos da Dívida” (-95,5%) e “Amortização da Dívida” (-57,6%).

Tabela 2.2 - Comparativo da Despesa Mensal

(Fonte: SOF, posição 22/06/2015)

	Liquidado		Var. % Liq.	Var. Real% Liq.
	Mai/2014	Mai/2015		
Despesas Correntes (I)	2.197.050.363	2.463.651.811	12,1%	3,4%
Pessoal e Encargos Sociais	747.746.519	818.116.040	9,4%	0,9%
Juros e Encargos da Dívida	226.738.555	10.091.980	-95,5%	-95,9%
Outras Despesas Correntes	1.222.565.288	1.635.443.791	33,8%	23,3%
Despesas de Capital (II)	376.667.200	377.946.669	0,3%	-7,5%
Investimentos	265.093.771	330.664.165	24,7%	15,0%
Inversões Financeiras	0	0		
Amortização da Dívida	111.573.428	47.282.505	-57,6%	-60,9%
Reserva de Contingência (III)	0	0		
Total PMSP (A = I + II + III)	2.573.717.563	2.841.598.480	10,4%	1,8%
CMSP + TCMSP (B)	51.252.963	54.812.848	6,9%	-1,4%
Adm. Indireta (C)	690.600.357	810.540.147	17,4%	8,2%
Consolidado (A+B+C)	3.315.570.883	3.706.951.475	11,8%	3,1%

As Tabelas 2.3 e 2.4 contêm as despesas liquidadas até maio de 2014 e 2015 detalhadas por órgão. Foram excluídos a Câmara Municipal de São Paulo e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, tratados separadamente na próxima seção.

Tabela 2.3 - Comparativo da Despesa Liquidada por Órgão - PMSP

(Fonte: SOF, posição 22/06/2015)

Cod.	Órgão	Jan-Mai/2014	Jan-Mai/2015	Var.%
11	Secretaria do Governo Municipal	109.165.930	45.875.073	-58,0%
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	102.077.930	97.312.221	-4,7%
13	Secretaria Municipal de Gestão	57.013.268	59.768.090	4,8%
14	Secretaria Municipal de Habitação	77.147.109	60.081.209	-22,1%
16	Secretaria Municipal de Educação	2.851.237.764	3.213.714.130	12,7%
17	Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	92.217.113	102.338.947	11,0%
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	50.868.785	56.494.492	11,1%
20	Secretaria Municipal de Transportes	761.127.559	812.874.968	6,8%
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	57.529.411	73.176.486	27,2%
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	241.232.340	70.714.866	-70,7%
23	Secretaria Municipal de Serviços	17.093.519	13.130.961	-23,2%
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	44.267.177	50.944.231	15,1%
25	Secretaria Municipal de Cultura	80.158.794	90.663.952	13,1%
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	42.224.466	41.343.255	-2,1%
28	Encargos Gerais do Município	2.914.529.701	2.728.977.953	-6,4%
30	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo	17.066.902	24.008.071	40,7%
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	1.798.866	2.128.156	18,3%
32	Controladoria Geral do Município de São Paulo	4.166.272	5.899.006	41,6%
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	10.245.821	14.308.788	39,7%
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	2.488.313	3.048.725	22,5%
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	15.990.478	278.735.417	1643,1%
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	109.832.003	144.593.543	31,6%

Cod.	Órgão	Jan-Mai/2014	Jan-Mai/2015	Var. %
39	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	2.300.403	2.193.362	-4,7%
40	Secretaria Municipal de Relações Governamentais	1.567.158	3.218.313	105,4%
41	Subprefeitura Perus	7.355.103	7.663.664	4,2%
42	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	13.672.269	10.546.453	-22,9%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	11.388.055	9.101.017	-20,1%
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	7.001.645	6.253.141	-10,7%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	12.090.234	9.086.300	-24,8%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	11.046.618	8.125.428	-26,4%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	11.902.399	9.862.222	-17,1%
48	Subprefeitura Lapa	9.199.263	10.233.195	11,2%
49	Subprefeitura Sé	19.057.665	17.968.568	-5,7%
50	Subprefeitura Butantã	15.076.406	12.144.583	-19,4%
51	Subprefeitura Pinheiros	12.897.285	11.943.589	-7,4%
52	Subprefeitura Vila Mariana	12.443.328	10.342.905	-16,9%
53	Subprefeitura Ipiranga	14.086.037	12.169.351	-13,6%
54	Subprefeitura Santo Amaro	10.262.240	9.547.433	-7,0%
55	Subprefeitura Jabaquara	8.339.538	8.081.348	-3,1%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	7.861.671	7.462.588	-5,1%
57	Subprefeitura Campo Limpo	14.617.990	14.313.620	-2,1%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	10.300.175	9.834.824	-4,5%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	10.453.097	9.494.565	-9,2%
60	Subprefeitura Parelheiros	6.603.583	7.594.385	15,0%
61	Subprefeitura Penha	11.945.569	12.564.695	5,2%
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	8.894.011	7.699.561	-13,4%
63	Subprefeitura São Miguel	12.116.372	11.791.087	-2,7%
64	Subprefeitura do Itaim Paulista	10.597.816	9.239.075	-12,8%
65	Subprefeitura Moóca	14.101.985	11.493.303	-18,5%
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	9.964.306	9.965.363	0,0%

Cod.	Órgão	Jan-Mai/2014	Jan-Mai/2015	Var.%
67	Subprefeitura Itaquera	11.316.905	11.722.502	3,6%
68	Subprefeitura Guaianases	11.462.702	10.497.565	-8,4%
69	Subprefeitura Vila Prudente	8.738.893	8.009.984	-8,3%
70	Subprefeitura São Mateus	13.452.986	12.250.049	-8,9%
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	6.580.066	6.435.414	-2,2%
72	Subprefeitura de Sapopemba	2.984.888	3.764.994	26,1%
74	Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social	0	4.768.504	
75	Fundo Municipal de Parques	0	0	
78	Secretaria Municipal de Licenciamento	18.536.051	20.739.125	11,9%
79	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	2.339.563	3.244.928	38,7%
84	Fundo Municipal de Saúde	2.535.621.859	2.670.813.734	5,3%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	84.159.287	85.754.446	1,9%
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	286.010.786	299.012.550	4,5%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	0	0	
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	0	0	
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	10.459.774	18.068.005	72,7%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	300.238.338	336.028.113	11,9%
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	29.886.908	20.343.029	-31,9%
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	95.000	0	-100,0%
96	Fundo Municipal de Turismo	0	0	
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	0	0	
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	60.839.328	60.569.407	-0,4%
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	93.163.207	114.097.154	22,5%
Total PMSP		11.432.508.281	11.946.185.981	4,5%

Tabela 2.4 - Comparativo da Despesa Liquidada - Adm. Indireta

(Fonte: SOF, posição 22/06/2015)

Cod.	Órgão	Jan-Mai/2014	Jan-Mai/2015	Var.%
1	Autarquia Hospitalar Municipal	354.750.307	455.396.274	28,4%
2	Hospital do Servidor Público Municipal	91.491.689	90.769.972	-0,8%
3	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	1.929.850.517	2.289.950.808	18,7%
4	Serviço Funerário do Município de São Paulo	44.326.995	45.584.506	2,8%
80	Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	1.656.211	2.575.074	55,5%
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/ Fundo Munic.de Limpeza Urbana	613.157.626	676.149.248	10,3%
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	35.653.829	25.932.942	-27,3%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	38.040.575	50.602.909	33,0%
91	Fundo Municipal de Habitação	6.372.041	3.271.784	-48,7%
Total Adm. Indireta		3.115.299.789	3.640.233.516	16,9%

Entre os órgãos da Administração Indireta, destaca-se, orçamentariamente, o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM, cujas despesas liquidadas, até

maio/2015, somaram R\$ 2,3 bilhões. As receitas do IPREM no período foram de R\$ 1,1 bilhão, incorrendo em déficit orçamentário de R\$ 1,2 bilhão.

Tabela 2.5 - Déficit IPREM - em R\$Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br>

	Orçado 2015 (I)	Jan-Mai 2014 (II)	Jan-Mai 2015 (III)	Var. % (III / II)
Receitas (I)	2.916.046.147	967.181.724	1.083.668.798	12%
Despesas (II)	5.540.731.592	1.929.850.517	2.289.950.808	19%
Déficit (II - I)	2.624.685.445	962.668.792	1.206.282.009	25%

A Tabela 2.6 mostra as despesas liquidadas pela Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras e pelas Subprefeituras até maio de 2014 e de 2015, separando Pessoal e Encargos Sociais das demais despesas.

Tabela 2.6 - Comparativo da Despesa Liquidada por Subprefeitura - PMSP

(Fonte: SOF, posição 22/06/2015)

Cod.	Órgão	Pessoal			Demais Despesas		
		2014	2015	Var.%	2014	2015	Var.%
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	18.693.805	17.269.807	-8%	83.384.124	80.042.414	-4%
41	Subprefeitura Perus	4.028.248	3.947.125	-2%	3.326.855	3.716.539	12%
42	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	5.262.825	5.047.099	-4%	8.409.444	5.499.354	-35%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	4.791.477	4.657.084	-3%	6.596.578	4.443.932	-33%
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	3.500.766	3.506.082	0%	3.500.879	2.747.059	-22%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	5.309.855	5.203.103	-2%	6.780.378	3.883.197	-43%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	4.664.210	4.520.322	-3%	6.382.408	3.605.106	-44%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	4.860.289	4.869.914	0%	7.042.110	4.992.308	-29%
48	Subprefeitura Lapa	5.277.236	4.944.199	-6%	3.922.027	5.288.996	35%
49	Subprefeitura Sé	7.159.888	7.177.917	0%	11.897.777	10.790.650	-9%
50	Subprefeitura Butantã	5.935.669	5.580.099	-6%	9.140.737	6.564.483	-28%
51	Subprefeitura Pinheiros	5.763.934	5.557.839	-4%	7.133.351	6.385.749	-10%
52	Subprefeitura Vila Mariana	5.290.092	5.218.439	-1%	7.153.236	5.124.466	-28%
53	Subprefeitura Ipiranga	5.855.798	5.935.278	1%	8.230.240	6.234.072	-24%
54	Subprefeitura Santo Amaro	5.013.256	4.520.036	-10%	5.248.984	5.027.397	-4%
55	Subprefeitura Jabaquara	3.867.909	3.812.074	-1%	4.471.629	4.269.274	-5%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	3.036.115	2.993.053	-1%	4.825.556	4.469.535	-7%

Cod.	Órgão	Pessoal			Demais Despesas		
		2014	2015	Var.%	2014	2015	Var.%
57	Subprefeitura Campo Limpo	5.405.377	5.592.083	3%	9.212.613	8.721.537	-5%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	3.751.771	3.594.548	-4%	6.548.404	6.240.276	-5%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	4.183.547	4.060.764	-3%	6.269.550	5.433.801	-13%
60	Subprefeitura Parelheiros	2.875.021	2.935.074	2%	3.728.562	4.659.311	25%
61	Subprefeitura Penha	6.120.773	5.799.567	-5%	5.824.796	6.765.128	16%
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	4.209.235	4.372.570	4%	4.684.776	3.326.991	-29%
63	Subprefeitura São Miguel	6.899.610	6.634.993	-4%	5.216.762	5.156.094	-1%
64	Subprefeitura Itaim Paulista	5.285.475	5.053.989	-4%	5.312.341	4.185.086	-21%
65	Subprefeitura Moóca	6.356.292	6.191.424	-3%	7.745.692	5.301.879	-32%
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/ Carrão	5.207.550	5.161.634	-1%	4.756.756	4.803.729	1%
67	Subprefeitura Itaquera	5.699.977	5.785.416	1%	5.616.928	5.937.086	6%
68	Subprefeitura Guaianases	6.032.719	5.548.969	-8%	5.429.983	4.948.596	-9%
69	Subprefeitura Vila Prudente	4.572.808	4.391.119	-4%	4.166.085	3.618.865	-13%
70	Subprefeitura São Mateus	4.810.745	4.714.454	-2%	8.642.242	7.535.595	-13%
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	3.379.702	3.385.941	0%	3.200.363	3.049.473	-5%
72	Subprefeitura de Sapopemba	1.127.654	1.888.989	68%	1.857.234	1.876.005	1%
Total		174.229.630	169.871.004	-3%	275.659.401	244.643.986	-11%

3. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP

Conforme o art. 29-A da Constituição Federal - CF, o total de despesas do Legislativo Municipal não poderá ultrapassar, no caso de São Paulo, município com população acima de 8 milhões de habitantes, 3,5% da base de receita, relativa ao ano anterior, com-

posta pelo somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da Carta Magna. Até 2009, o limite de despesas era de 5% da mesma base de receitas.

Tabela 3.1 - Despesa Liquidada CMSP e TCMSP – em R\$

Órgão	Mai/2015	Jan-Mai/2015
CMSP + FECAM	39.074.334	172.118.823
TCMSP + FETCM	15.738.514	71.859.953
Total	54.812.848	243.978.777

Fonte: www.camara.sp.gov.br; www.tcm.sp.gov.br

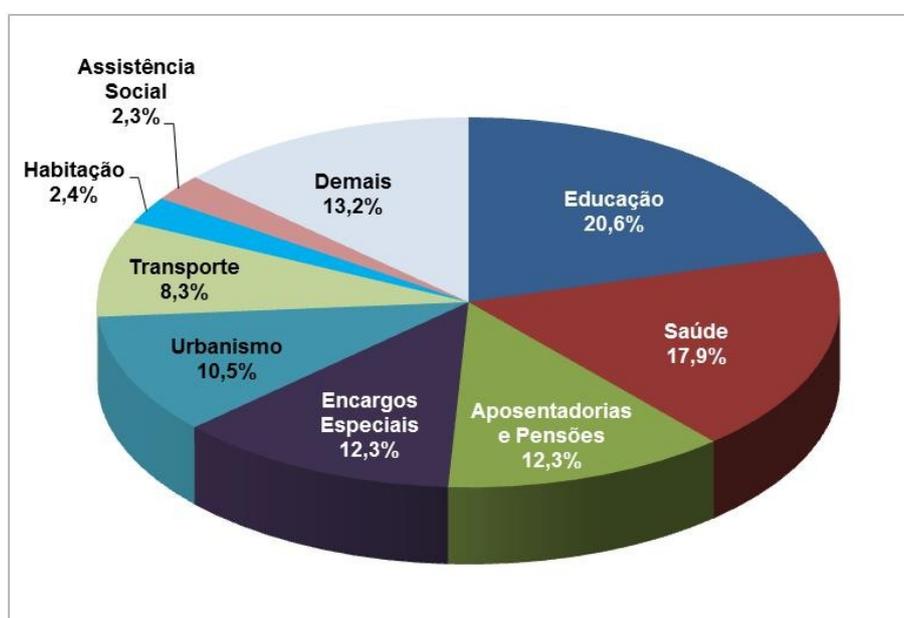
Em maio de 2015, as despesas liquidadas da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) somaram R\$ 39,1 milhões e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), R\$ 15,7 milhões, já considerando os respectivos fundos especiais, totalizando R\$ 54,8 milhões no mês.

No acumulado do ano, os valores liquidados da CMSP alcançaram R\$ 172,1 milhões e do TCMSP, R\$ 71,9 milhões, sendo os valores provisórios, sujeitos a alterações posteriores (Tabela 3.1).

4. Previdência Social no Município de São Paulo

A Previdência Social está entre as 3 maiores despesas do município de São Paulo. Em 2014, as despesas empenhadas com aposentadorias e pensões foram de R\$ 5,30 bilhões, o equivalente a 12,3% de todas as despesas empenhadas pela Administração Direta e Indireta, ficando atrás somente das despesas com as funções Educação e Saúde, que totalizaram R\$ 8,86 bilhões (20,4%) e R\$ 7,70 bilhões (17,7%), respectivamente (Gráfico 4.1).

Gráfico 4.1 - Despesas empenhadas por função de governo e ação Aposentadorias e Pensões (%) - 2014



Fonte: Ábaco/TCMSP

As despesas com Aposentadorias e Pensões estão relacionadas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ao qual se submetem os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos. Os trabalhadores vinculados à iniciativa privada, inclusive os ocupantes de empregos públicos (empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista) se submetem a outro regime, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que não será abordado neste estudo.

Segundo dados da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, constante do anexo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, em dezembro de 2013, faziam parte deste regime aproximadamente 131,0 mil servidores ativos, 64,5 mil aposentados e 23,2 mil pensionistas, totalizando 218,6 mil segurados. O quadro dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do RPPS e os valores da base de contribuição e benefícios constam na Tabela 4.2.

Tabela 4.2 - Quadro de segurados e valores de base de contribuição e benefícios do RPPS - dez/2013

	Ativo	Aposentados	Pensionistas
Câmara Municipal de São Paulo	446	346	0
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	88	136	21.064
Prefeitura Municipal de São Paulo	128.884	63.138	2.093
Serviço Funerário do Município de São Paulo	1.212	594	15
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	376	273	0
Total	131.006	64.487	23.172
Folha Salarial/Benefícios	R\$ 497.362.243,50	R\$ 311.888.124,25	R\$ 54.675.761,97
Salário/Benefício Médio	R\$ 3.950,91	R\$ 4.836,45	R\$ 2.359,56
Menor Salário/Benefício	R\$ 328,42	R\$ 1.075,38	R\$ 59,20
Maior Salário/Benefício	R\$ 46.330,21	R\$ 53.169,53	R\$ 32.639,24

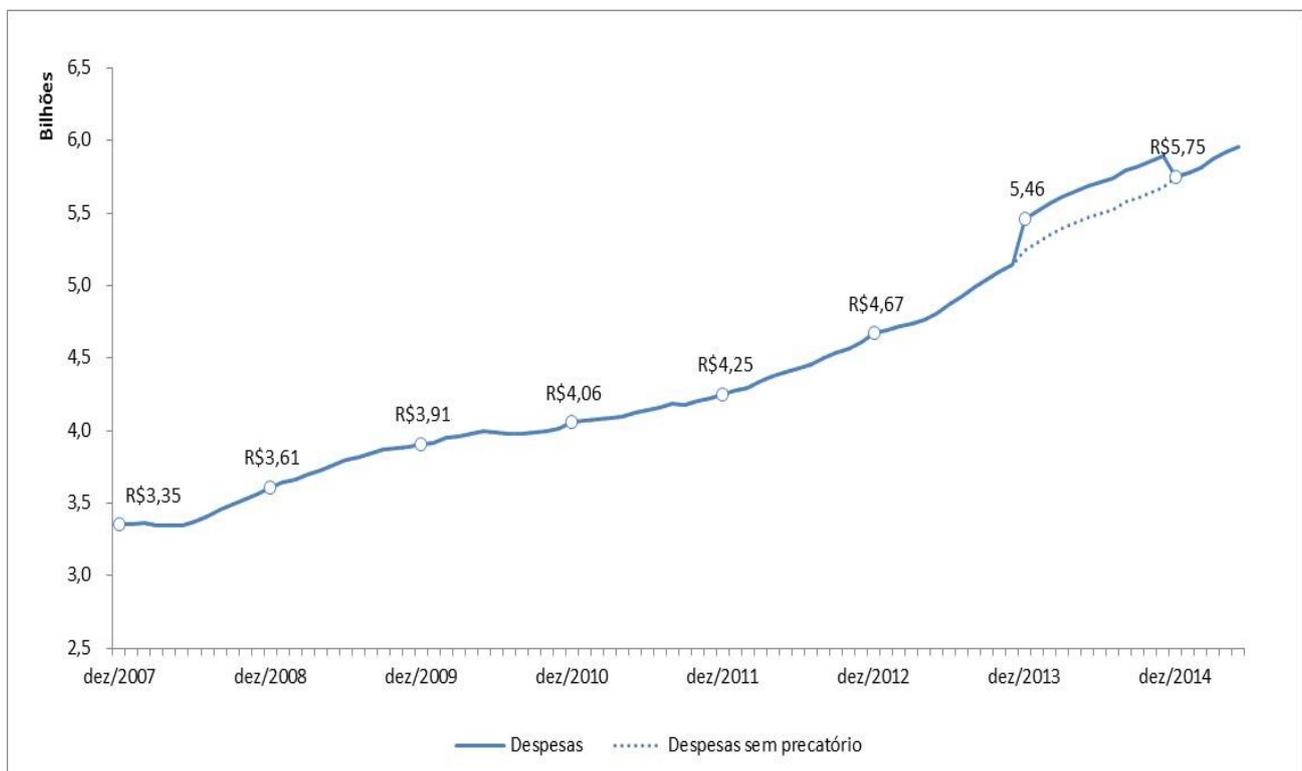
Fonte: Projeto de LDO 2016

A Lei 13.973/05 definiu o Instituto de Previdência Municipal (IPREM), como único órgão gestor das aposentadorias e pensões, responsável pela concessão, processamento e pagamento desses benefícios.

As despesas empenhadas pelo órgão em 2014 somaram R\$ 5.325,1 milhões, sendo 99,4% referente ao pagamento de aposentadorias e pensões.

O Gráfico 4.2 exibe as despesas empenhadas pelo IPREM (valores de maio/2015 - IPCA), acumuladas em 12 meses, do período de dez/2007 a maio/2015. Os valores discriminados referem-se aos valores acumulados dos meses de dezembro.

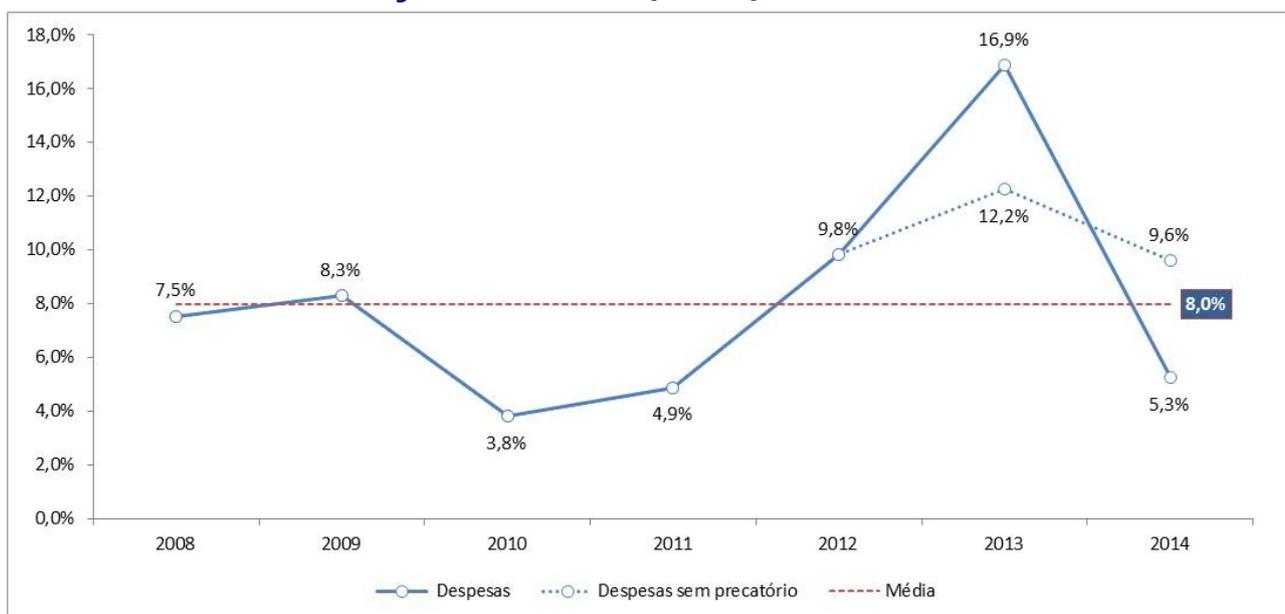
Gráfico 4.2 - Despesas previdenciárias do RPPS acumuladas em 12 meses - dez/2007 a maio/2015 - Em R\$ bilhões de maio/2015 (IPCA)



Fonte: SOF

Entre 2007 e 2014, as despesas anuais do IPREM apresentaram crescimento real de 71,3%, passando de R\$ 3,35 bilhões para R\$5,75 bilhões (valores de maio/2015), um crescimento médio anual de 8,0% ao ano. As variações percentuais de cada exercício podem ser verificadas no Gráfico 4.3.

Gráfico 4.3 - Variação real das despesas previdenciárias do RPPS (%)



Fonte: SOF

A maior variação anual ocorreu em 2013, quando as despesas cresceram, em termos reais, 16,9% em relação ao ano anterior. Parte dessa variação pode ser explicada pelo pagamento, por decisão judicial, de R\$ 193 milhões em precatórios do IPREM. No entanto, mesmo sem os precatórios, as despesas do IPREM tiveram uma variação positiva de 12,2% (a situação sem o pagamento de precatórios é representada pela linha pontilhada azul nos Gráficos 4.3 e 4.4).

Segundo Boletim de Transparência Fiscal de 2013 da PMSP, além dos precatórios e novas aposentadorias, tiveram impacto sobre as despesas com inativos o reajuste dado aos profissionais da educação, concedido pela Lei 15.215/2010, de 33,79% em 3 parcelas (sendo a última de 10,19% para 2013) e a revalorização das escalas de vencimentos dos quadros de

peçoal dos níveis básico e médio pela Lei 15.774/2013. Isso ocorre devido ao direito à integralidade e paridade remuneratória com os servidores da ativa, que os aposentados antes da Emenda Constitucional 41/03 e aqueles se aposentaram depois dela possuem, desde que preenchidos os requisitos especificados nos arts. 2º e 3º da Emenda Constitucional 47/05.

Para financiar as despesas com aposentadorias e pensões do RPPS do município de São Paulo, foi estabelecido o regime de repartição simples, que consiste na divisão do pagamento dos benefícios em manutenção entre os contribuintes do sistema, não prevendo, portanto, formação de reservas. O equilíbrio financeiro/atuarial desse regime está relacionado às variáveis que modificam a razão inativos/ativos, como as variáveis demográficas de natalidade e longevidade, impondo modificações nas taxas de contribuição.

O atual plano de custeio do RPPS prevê a contribuição social: dos servidores ativos, de 11% da remuneração-base em folha de pagamento; do município de São Paulo, inclusive de suas autarquias e de suas fundações, do dobro da contribuição do servidor ativo, ou seja, 22%; dos aposentados e os pensionistas, de 11% incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que ultrapassar o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, sendo que, para os aposentados por invalidez, esse percentual incide a partir do dobro do referido limite.

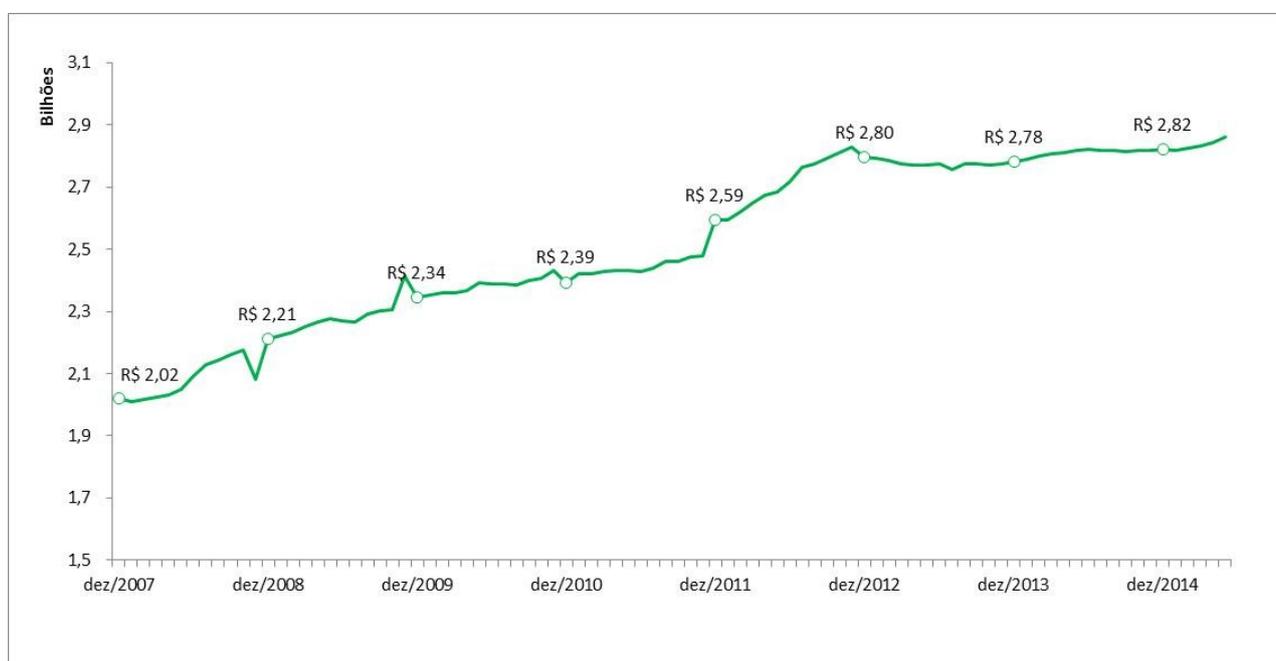
As contribuições sociais fazem parte das receitas orçamentárias do IPREM, que totalizaram R\$ 2,61 bilhões em 2014. As contribuições do município representaram 58,2% das receitas do IPREM, as contribuições dos servidores ativos 29,9%, dos inativos, 8,1%, e dos pensionistas, 0,6%. As receitas de compensação financeira entre o RGPS e o RPPS (recursos de transferências federais), previstas no §9º do art. 201 da Constituição Federal, representaram 2,7%. A tabela a seguir traz as receitas orçamentárias do IPREM realizadas no exercício de 2014.

Tabela 4.3 - Receitas Previdenciárias do RPPS –2014

	em R\$ milhões	Part. %
RECEITAS CORRENTES	1.085,7	41,6%
<i>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</i>	1.009,9	38,7%
Contribuições dos Servidores Ativos	780,7	29,9%
Contribuição dos Servidores Inativos	212,5	8,1%
Contribuição dos Pensionistas	15,4	0,6%
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	1,3	0,1%
<i>RECEITA PATRIMONIAL</i>	1,1	0,04%
<i>RECEITA DE SERVIÇOS</i>	3,0	0,1%
<i>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</i>	71,6	2,7%
Compensações Financeiras entre o RGPS e RPPS	69,9	2,7%
Outros	1,7	0,1%
RECEITAS DE CAPITAL	5,5	0,2%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.521,4	58,2%
Contribuição Patronal Ativo Civil	1.520,9	58,2%
Total de receitas do IPREM	2.612,6	100,0%

Fonte: SOF

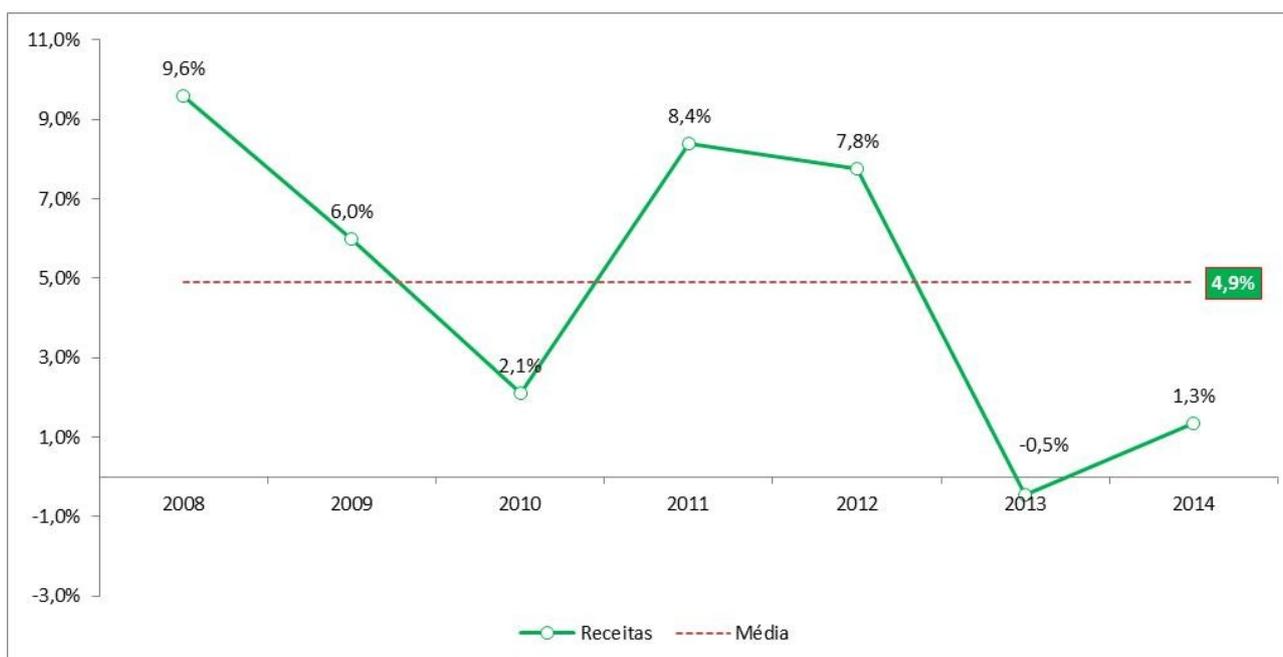
O comportamento das receitas realizadas do IPREM acumuladas em 12 meses, do período de dezembro/2007 a maio/2015, atualizadas pelo IPCA de maio/2015, pode ser visualizado nos Gráficos 4.4 e 4.5.

Gráfico 4.4 - Receitas previdenciárias do RPPS acumuladas em 12 meses dez/2007 a maio/2015 - Em R\$ bilhões de maio/2015 (IPCA)

Fonte: SOF

As receitas anuais do IPREM cresceram 39,7% no período de 2007 a 2014, passando de R\$ 2,02 bilhões para R\$ 2,82 bilhões (valores de maio/2015). A média de crescimento do período foi de 4,9% ao ano. Desde 2008, as receitas anuais apresentaram variação positiva em relação ao ano anterior, com exceção de 2013, em que houve queda real de 0,5% em comparação a 2012 (Gráfico 4.4).

Gráfico 4.4 - Variação real das receitas previdenciárias do RPPS (%)

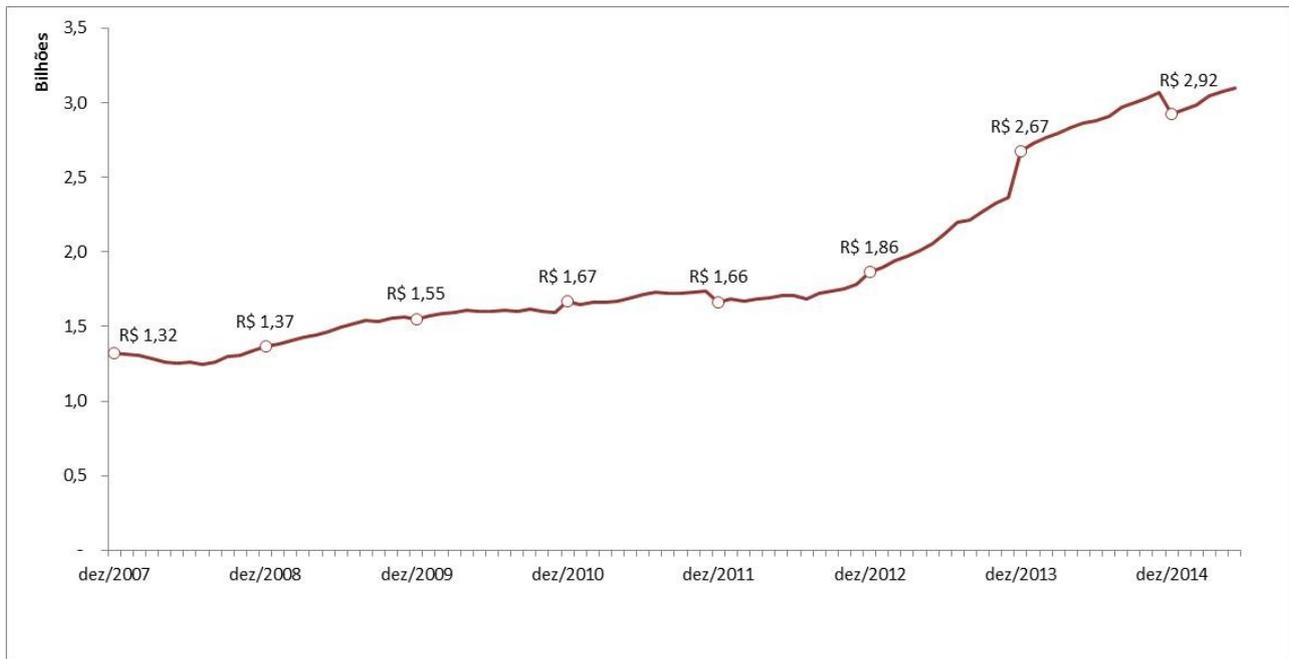


Fonte: SOF

Como pode ser observado, as receitas arrecadadas pelo IPREM não foram suficientes para cobrir as despesas empenhadas pelo órgão, acarretando resultados negativos ao longo dos anos. Conforme Lei Federal 9.717/98 e Lei Municipal 13.973/05, o município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do seu RPPS decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários. Como os valores empenhados e pagos pelo IPREM são montantes semelhantes, os recursos aportados pelo município para a cobertura de insuficiências financeiras são próximos do resultado orçamentário do órgão.

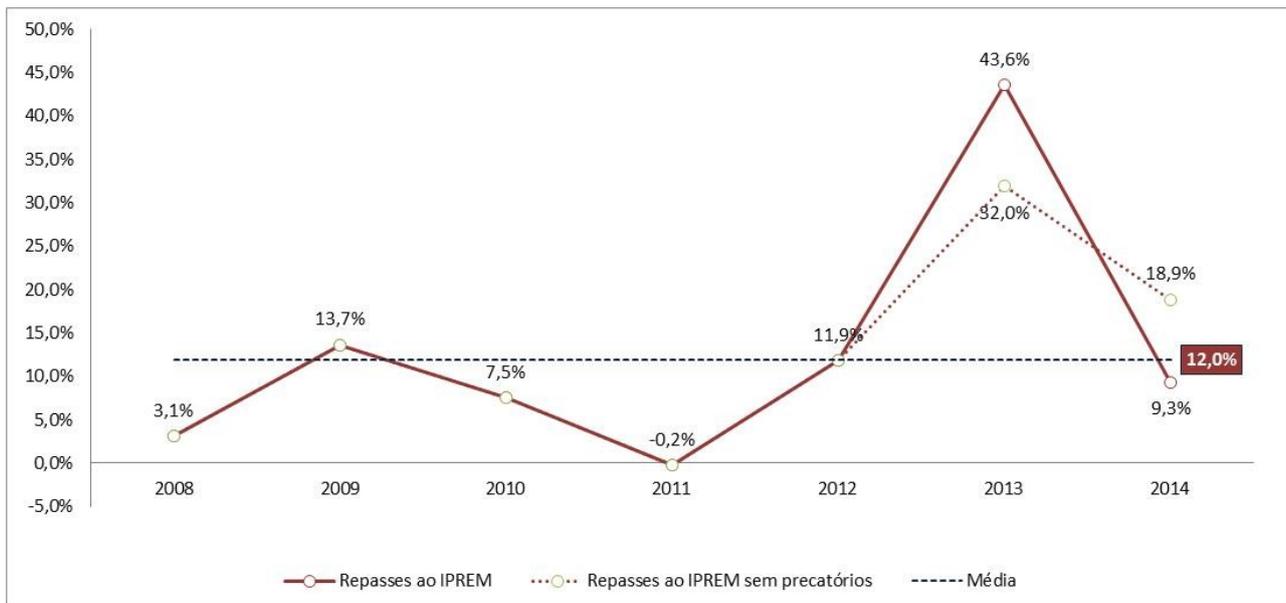
Os Gráficos 4.5 e 4.6 apresentam dados sobre as transferências financeiras do município para cobertura do déficit previdenciário.

Gráfico 4.5 - Repasses para cobertura de insuficiências financeiras do RPPS, acumulados em 12 meses - Em R\$ bilhões de maio/2015 (IPCA)



Fonte: SOF

Gráfico 4.6 - Variação real dos repasses para cobertura de insuficiências financeiras do RPPS (%)

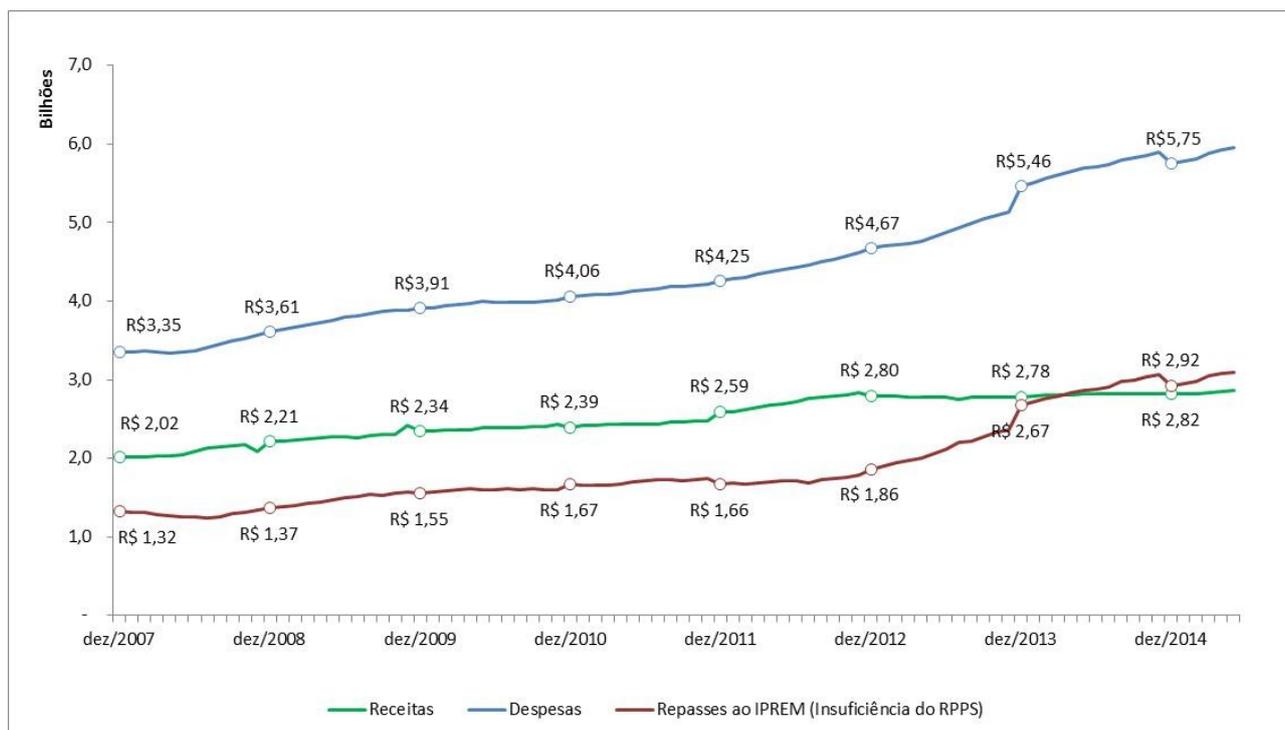


Fonte: SOF

Entre 2007 e 2014, as transferências do município para cobertura do déficit previdenciário tiveram crescimento real de 121%, passando de R\$ 1,32 bilhão para R\$ 2,92 bilhões (valores de maio/2015) (Gráfico 4.4). O crescimento real médio do período foi de 12,0% ao ano.

O único ano em que o total das transferências foi menor que do ano anterior foi 2011, com queda de 0,2%. Em 2013, os repasses atingiram 43,6% de crescimento real em comparação com 2012. Como já foi mencionado, nesse ano, houve aumento extraordinário das despesas devido ao pagamento de precatórios. Sem esse pagamento, as transferências teriam aumentado 32,0%, refletindo os efeitos das Leis 15.215/2010 e 15.774/2013 e concessão de novas aposentadorias. O gráfico a seguir mostra a evolução das receitas e despesas do IPREM e das transferências financeiras para cobertura do déficit previdenciário (valores de maio/2015), acumuladas em 12 meses, do período de dez/2007 a maio/2015.

Gráfico 4.7 - Receitas e despesas previdenciárias e transferências para cobertura de insuficiências financeiras do RPPS, acumuladas em 12 meses - Em R\$ bilhões de maio/2015 (IPCA)



Fonte: SOF

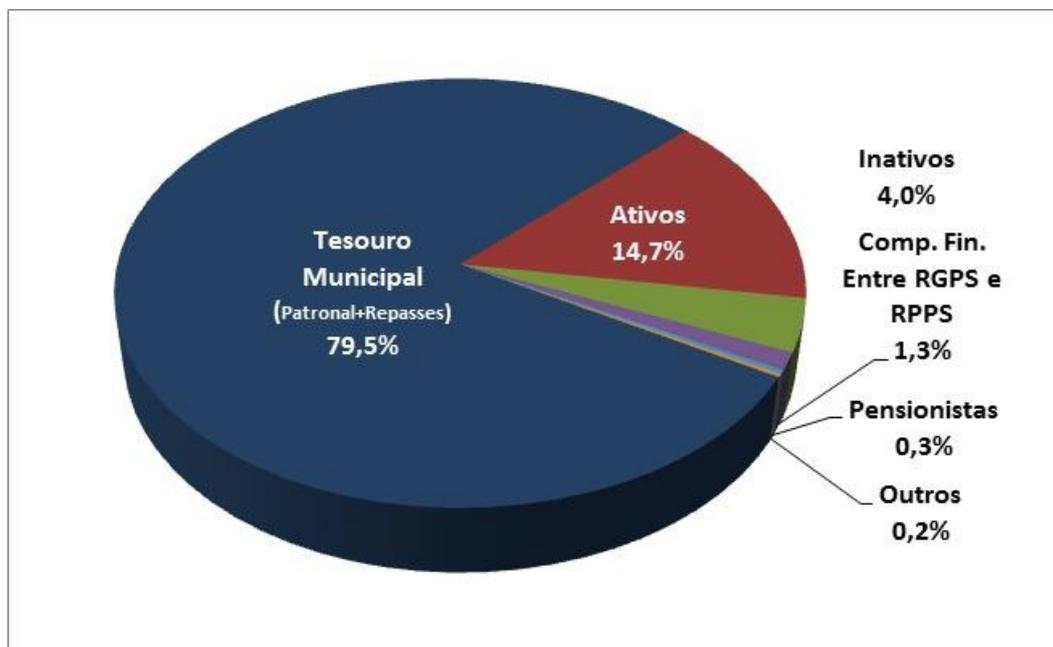
Enquanto as despesas previdenciárias apresentaram crescimento real cada vez maior, as receitas previdenciárias, que já vinham crescendo a taxas mais baixas, praticamente estagnaram desde 2012, impondo repasses financeiros ao IPREM cada vez maiores para cobertura do déficit.

Como pode ser visualizado no Gráfico 4.7, em 2014, o valor das transferências para cobertura das insuficiências financeiras do RPPS (R\$ 2,92 bilhões) superou o valor das receitas previdenciárias (R\$ 2,82 bilhões), ou seja, o valor das receitas não foi suficiente para pagar nem metade das aposentadorias e pensões dos servidores municipais.

O déficit do RPPS pode se tornar ainda maior a qualquer momento, pois existem 16,6 mil servidores em condições de requerer aposentadoria, com custo anual dos benefícios de R\$ 891,6 milhões, segundo Avaliação da Situação Financeira e Atuarial constante no anexo do Projeto da LDO 2016.

O Gráfico 4.8 mostra a participação percentual no custeio do RPPS em 2014, considerando as receitas previdenciárias e os valores das transferências para cobertura do déficit do RPPS.

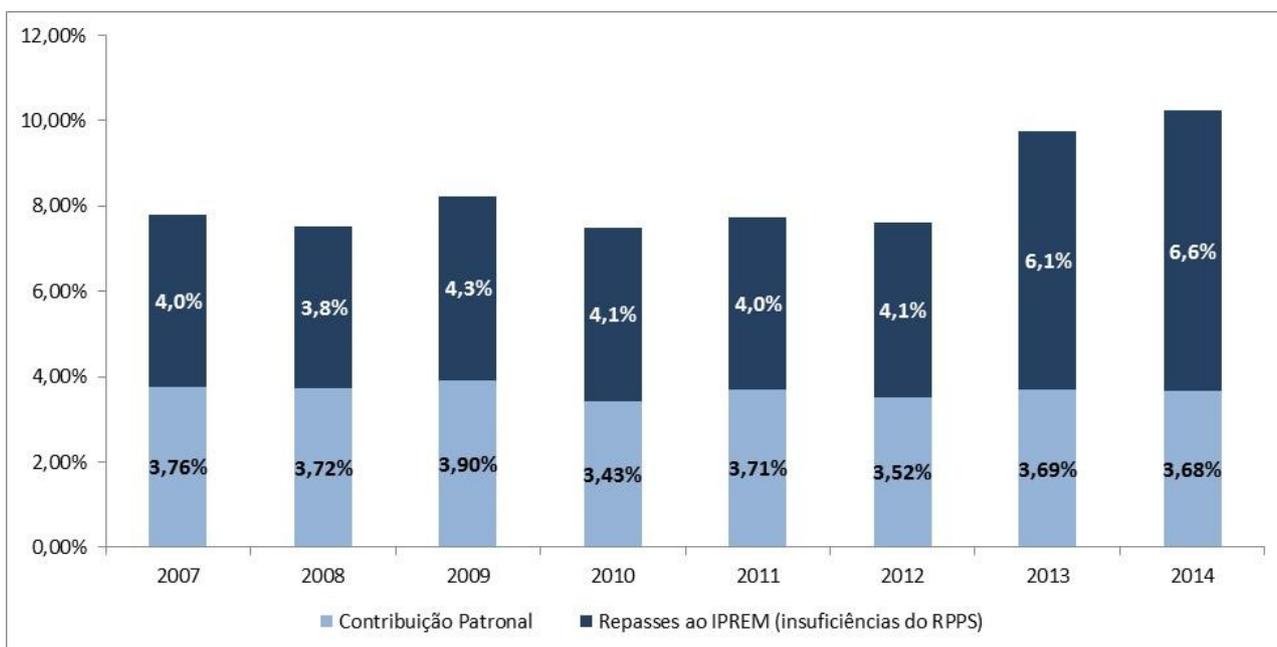
Gráfico 4.8 - Participação no financiamento do RPPS (%) - 2014



Fonte: SOF

A participação do tesouro municipal representou 79,5% do total de recursos utilizados para a manutenção do RPPS em 2014, considerando as receitas das contribuições patronais e os aportes para cobertura do déficit. Os servidores ativos contribuíram com 14,7% das receitas totais (receitas previdenciárias mais repasses financeiros) do RPPS, os inativos, com 4,0%, e os pensionistas, com 0,3%. As compensações financeiras entre o RGPS e o RPPS tiveram participação de 1,3% (Gráfico 4.8).

Gráfico 4.9 - Comprometimento da Receita Orçamentária Municipal com Financiamento do RPPS - em (%) - 2007 a 2014



Fonte: SOF e Balanço Orçamentário (Consolidado)

A participação do tesouro municipal no financiamento do RPPS comprometeu 10,2% do total das receitas orçamentárias arrecadadas pelo município, que, em 2014, totalizaram R\$ 41,3 bilhões, sendo 3,68% na forma de contribuição patronal e 6,55% na forma de repasses para cobertura do déficit previdenciário (Gráfico 4.9).

Conclusão

O RPPS do município de São Paulo, no período analisado, apresentou necessidade de aportes crescentes do ente para cobrir seu déficit, que foi originado de situações passadas, relacionadas à forma pela qual foi constituído.

Entre os fatores que afetam o déficit previdenciário está o aumento das remunerações dos servidores ativos, tendo em vista que esse aumento deve ser estendido para parte considerável dos inativos. E a alteração da estrutura etária da população, com o aumento da expectativa de vida, que eleva as despesas previdenciárias, e diminuição da taxa de natalidade, que diminui as receitas, já que o regime é o de repartição simples.

Tem-se discutido novos modelos de financiamento do RPPS, como o regime de capitalização, no qual o próprio trabalhador, durante a sua fase laborativa, produzirá um montante de recursos necessários para sustentar o seu benefício previdenciário. Ou, ainda, o ajuste do regime de repartição simples à nova estrutura demográfica, com alteração, por exemplo, da idade de aposentadoria ou das taxas e base de incidência das contribuições. Na União, recentemente foi instituída a previdência complementar dos servidores públicos federais, com a aprovação da Lei 12.618/2012, que contribuirá para o processo de equilíbrio financeiro e atuarial de seu regime próprio.

Em 2014, 10,2% de todas as receitas arrecadadas pelo município foram comprometidas com o pagamento de contribuição patronal e transferências para cobertura do déficit previdenciário. Como as despesas com aposentadorias e pensões não podem ser diminuídas no curto prazo, em períodos de pouca arrecadação, o RPPS pode comprometer o orçamento a ponto de afetar a capacidade do município de efetivação de políticas públicas. Deste modo, a preocupação com o equilíbrio do RPPS não é somente dos segurados, mas de toda a sociedade.

5. Estudos CBO*

Nesta seção estão publicados os resumos de documentos enviados por email pelo Departamento de Orçamento do Congresso Americano (CBO, na sigla em inglês; site: www.cbo.gov). Saliente-se que o endereço para cadastro de email, aos que desejarem receber as publicações de CBO, é <<http://www.feedblitz.com/ff?Sub&publisher=25590652&sitescope=812526>>.

Os documentos publicados pelo CBO (enviados por email entre 26 de maio de 2015 e 22 de junho de 2015) foram:

- Dados e Informação Técnica “Situação das Apropriações Discricionárias Ano Fiscal 2016 – Senado” (Status of Discretionary Appropriations: FY 2016 Senate). Os quadros mostram a situação de apropriação em 22 de maio de 2015. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50227>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2289 “Lei de Alívio ao Usuário Final de Commodity” (H.R. 2289, Commodity End-User Relief Act). O projeto autorizaria dotações para operar a Comissão de Negócios de Futuros de Commodities (Commodity Futures Trading Commission - CFTC) até 2019 e de fazer alterações em alguns dos procedimentos operacionais da agência. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50241>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2393 “Lei de 2015 de Alterações à Rotulagem do País de Origem” (H.R. 2393, Country of Origin Labeling Amendments Act of 2015). O projeto revogaria requisitos existentes para varejistas de carne bovina, suína e de frango para informar os clientes no ponto final de venda do país de origem desses produtos. A revogação não afeta os requisitos existentes em matéria de rotulagem do país de origem por carne de cordeiro, carne de veado, carne de cabra, commodities agrícolas perecíveis, amendoim, peixes criados em fazendas e selvagem, ginseng, nozes e nozes de macadâmia. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50240>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2390 “Lei de Revisão de Centros Instalados em Universidades do Departamento de Segurança Interna [DHS]” (H.R. 2390, Homeland Security University-based Centers Review Act). O projeto exigiria que o DHS elaborasse relatórios anuais descrevendo o trabalho do programa para os centros para a segurança interna instalados em universidades. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50235>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 552 “Lei de 2015 Companhia de Investimento de Capital de Pequenas Empresas” (S. 552, Small Business Investment Capital Company Act of 2015). O projeto elevaria o montante máximo de dívida que a Administração de Pequenas Empresas (Small Business Administration - SBA) pode garantir para um grupo de empresas que participam no programa Small Business Investment Company (SBIC) que são operados em conjunto (definido como “uma família de fundos”) de US\$ 225 milhões para US \$ 350 milhões. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50237>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 802 “Lei de 2015 Garotas Têm Valor” (S. 802, Girls Count Act of 2015). O projeto autorizaria o Departamento de Estado e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional a priorizar e enfatizar programas de assistência em curso para melhorar os programas de registro de nascimento, prevenir a discriminação contra meninas e mulheres, e fortalecer a capacidade dos países em desenvolvimento para garantir o tratamento feminino equitativo. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50239>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1831 “Lei de 2015 Comissão de Políticas Baseadas em Evidências” (H.R. 1831, Evidence-Based Policymaking Commission Act of 2015). O projeto criaria a Comissão de Políticas Baseadas em Evidências para estudar o inventário e infraestrutura de dados relacionados com os programas federais. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50242>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 957 “Lei de Empreendedorismo dos Veteranos [Reservistas Militares]” (S. 957, Veterans Entrepreneurship Act). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50243>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2045 “Lei de 2015 Tendo como Alvo Cartas Ocas e Desonestas” (H.R. 2045, Targeting Rogue and Opaque Letters Act of 2015). O projeto estabelecerá como um ato injusto ou enganoso envio de cartas a empresas e particulares a respeito de violação de uma patente quando essas cartas contivessem determinadas declarações, conforme descrito no projeto de lei, conhecidas pelo remetente como falsas ou enganosas. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50244>

(*) Traduções desta seção foram feitas por Gilberto Rodrigues Hashimoto.

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1759 “Lei de 2015 ALERT” (H.R. 1759, ALERT Act of 2015). O projeto exigiria que as agências federais fornecessem determinadas informações ao público sobre os regulamentos propostos e finais. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50231>

- Relatório “Carta a Honrosa Sander M. Levin [membro da Comissão de Meios e Recursos da Câmara dos Deputados] sobre a quebra de receita estimada, caso as despesas autorizadas para o Fundo Fiduciário de Estradas fossem prorrogadas depois de 31 de maio de 2015” (Letter to the Honorable Sander M. Levin regarding the estimated revenue shortfall if spending authority for the Highway Trust Fund were extended beyond May 31, 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50234>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 526 “Lei de 2015 Transparência Adicional de Reivindicações sobre Amianto” (H.R. 526, Furthering Asbestos Claims Transparency (FACT) Act of 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50232>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2394 “Lei de 2015 Reautorização da Fundação Nacional Florestal” (H.R. 2394, National Forest Foundation Reauthorization Act of 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50249>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1214 “Lei de 2015 de Emendas à Lei de Pequenas Porções de Terras de Florestas Nacionais” (H.R. 1214, National Forest Small Tracts Act Amendments Act of 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50248>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 451 “Lei de 2015 Websites Federais Seguros” (H.R. 451, Safe and Secure Federal Websites Act of 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50247>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2200 “Lei de 2015 Compartilhamento de Informação e Inteligência sobre Materiais Nucleares, Radiológicos, Biológicos e Químicos” (H.R. 2200, CBRN Intelligence and Information Sharing Act of 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50246>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 999 “Lei de 2015 Melhoramento de Centros de Desenvolvimento de Pequenas Empresas” (S. 999, Small Business Development Centers Improvement Act of 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50245>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1738 “Lei de 2015 Modernização do Sistema Integrado Público de Alerta e Aviso” (H.R. 1738, Integrated Public Alert and Warning System Modernization Act of 2015). O citado programa é organizado e financiado pela Agência Federal de Gestão de Emergências (FEMA), uma agência do Departamento de Segurança Interna. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50257>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 1251 “Lei de Emendas à Convenção de Pesca do Atlântico Nordeste” (S. 1251, Northwest Atlantic Fisheries Convention Amendments Act). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50256>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 1335 “Lei de Implementação da Convenção de Pesca do Pacífico Norte” (S. 1335, North Pacific Fisheries Convention Implementation Act). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50255>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 1336 “Lei de Implementação da Convenção de Pesca do Pacífico Sul” (S. 1336, South Pacific Fisheries Convention Implementation Act). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50254>

- Apresentação “Danos de Furacão: Efeitos das Alterações Climáticas e Desenvolvimento Costeiro” (Hurricane Damage: Effects of Climate Change and Coastal Development). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50230>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1615 “Lei de 2015 Departamento de Segurança Interna [DHS] Lei de Liberdade de Informação [FOIA]” (H.R. 1615, DHS FOIA Efficiency Act of 2015). O projeto exigiria que o Departamento de Segurança Interna (Department of Homeland Security - DHS) atualizasse os regulamentos que implementam a Lei de Liberdade de Informação (Freedom of Information Act - FOIA), identificasse os custos de cumprimento desse ato, agilizasse o processo de execução de certas disposições do FOIA, e tentasse reduzir o atraso no processamento de solicitações do FOIA. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50258>

- Relatório “Depoimento sobre o Trabalho de CBO” (Testimony on the Work of the Congressional Budget Office). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50253>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados “Reautorização de 2015 da Lei Nacional ‘de Redução de Impacto de Tempestades de Vento” (H.R. 23, National Windstorm Impact Reduction Act Reauthorization of 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50265>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1640 “Lei de 2015 Responsabilidade de Consolidação da Sede do Departamento de Segurança Interna” (H.R. 1640, Department of Homeland Security Headquarters Consolidation Accountability Act of 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50264>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1626 “Lei de 2015 Redução de Duplicação de Tecnologia de Informação do Departamento de Segurança Interna” (H.R. 1626, DHS IT Duplication Reduction Act of 2015). O projeto exigiria que o Departamento de Segurança Interna (DHS), no prazo de 90 dias a contar da promulgação do projeto de lei, preparasse um relatório para o Congresso sobre os sistemas de tecnologia da informação duplicados no departamento. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50263>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 1376 “Lei de Autorização da Defesa Nacional para o Ano Fiscal de 2016” (S. 1376, National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2016). O projeto autorizaria dotações num total estimado de US\$ 604,6 bilhões para o ano fiscal de 2016 para as funções militares do Departamento de Defesa (DoD), para determinadas atividades do Departamento de Energia (DOE) e para outros fins. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50266>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1020 “Lei de 2015 Educação em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática [Science, Technology, Engineering, and Mathematics – STEM]” (H.R. 1020, STEM Education Act of 2015). O projeto exigiria que a Fundação Nacional de Ciências (National Science Foundation - NSF) continuasse a conceder subvenções em apoio da educação STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50268>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 160 “Lei de 2015 Proteção de Inovação Médica” (H.R. 160, Protect Medical Innovation Act of 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50267>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1637 “Lei de 2015 de Transparência de Pesquisa e Desenvolvimento com Recursos Federais” (H.R. 1637, Federally Funded Research and Development Sunshine Act of 2015). O projeto obrigaria o Departamento de Segurança Interna (DHS) a apresentar relatório anual ao Congresso sobre o andamento dos projetos de centros de pesquisa e desenvolvimento financiados através do DHS. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50269>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 966 “Lei de 2015 Desenvolvimento Econômico e Bens Imóveis Comerciais” (S. 966, Commercial Real Estate and Economic Development Act of 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50270>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 1417 “Lei de 2015 Reautorização da Lei de Padrões Americanos de Grãos” (S. 1417, United States Grain Standards Act Reauthorization Act of 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50271>

- Relatório “Monthly Budget Review for May 2015”, apresentando resumo de receitas e despesas do governo federal americano de outubro/2014 (início do atual exercício financeiro) até maio/2015. O relatório aponta um déficit (preliminar) de US\$ 368 bilhões no período, US\$ 68 bilhões menor do que o déficit no mesmo período do exercício anterior. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50272>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 697 “Lei de Segurança Química para o Século XXI Frank R. Lautenberg” (S. 697, Frank R. Lautenberg Chemical Safety for the 21st Century Act). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50277>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 544 “Lei de 2015 Reforma da Ciência Secreta” (S. 544, Secret Science Reform Act of 2015). O projeto emendaria a Lei de 1978 de Autorização de Pesquisa Ambiental, Desenvolvimento e Demonstração para proibir a Agência de Proteção Ambiental (EPA) de propor a finalização, ou disseminar uma “ação coberta”, a menos que toda a informação científica e técnica utilizada para apoiar essa ação esteja publicamente disponível on-line de uma forma suficiente para análise independente e reprodução substancial dos resultados da investigação. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50278>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 1000 “Lei de 2015 SCORE para Pequenas Empresas” (S. 1000, SCORE for Small Business Act of 2015). O projeto autorizaria a apropriação de US\$ 10,5 milhões para cada um dos anos fiscais de 2016, 2017, e 2018 para levar a cabo o programa SCORE, que apoia os voluntários que prestam orientação e aconselhamento aos indivíduos que possuem ou desejam ter um pequeno negócio. Sob a lei atual, o programa é conhecido como o Corpo de Serviço de executivos aposentados; o projeto mudaria o nome para o programa SCORE. Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50281>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2596 “Lei de Autorização de Inteligência para o Ano Fiscal de 2016” (H.R. 2596, Intelligence Authorization Act for Fiscal Year 2016). O projeto autorizaria despesas com serviços de inteligência. Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50280>
- Estimativa de custo do Projeto do Senado 958 “Lei de Equidade de Pequenas Empresas” (S. 958, Small Business Fairness Act). O projeto alteraria a Lei das Pequenas Empresas para permitir que estas se unissem para apresentar propostas para contratos federais. Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50282>
- Estimativa de custo do Projeto do Senado 1001 “Lei de 2015 Reautorização de Emprestimo a Pequenas Empresas” (S. 1001, Small Business Lending Reauthorization Act of 2015). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50285>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1575 “Projeto de Lei para alterar Título 38, do Código dos Estados Unidos, para HR 1575, para tornar permanente o programa-piloto de aconselhamento em um ambiente de retiro para mulheres veteranas recém-separadas de serviço nas Forças Armadas” (H.R. 1575, a bill to amend title 38, United States Code, to make permanent the pilot program on counseling in retreat settings for women veterans newly separated from service in the Armed Forces). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50288>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1853 “Projeto de Lei para determinar que o Presidente desenvolva uma estratégia para obter o estatuto de observador para Taiwan na Organização Internacional de Polícia Criminal, e para outros fins” (H.R. 1853, a bill to direct the President to develop a strategy to obtain observer status for Taiwan in the International Criminal Police Organization, and for other purposes). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50287>
- Estimativa de custo do Projeto do Senado 1359 “Lei de 2015 E-Garantia” (S. 1359, E-Warranty Act of 2015). Sob a lei atual, os fabricantes de produtos de consumo devem fornecer informações de garantia por escrito para os consumidores no local onde esses bens são adquiridos. O projeto permitiria que os fabricantes tornassem tais informações de garantia disponíveis na internet e permanecem em conformidade com a lei. Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50289>
- Texto para Discussão 2015-04: Resseguro Federal para Risco de Terrorismo em 2015 e Além” (Federal Reinsurance for Terrorism Risk in 2015 and Beyond: Working Paper 2015-04). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50171>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1991 “Lei de 2015 Extensão da Lei de Valorização de Recreação em Terras Federais” (H.R. 1991, Federal Lands Recreation Enhancement Act Extension Act of 2015). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50293>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 710 “Lei de Avaliação de Credenciais de Identificação dos Trabalhadores de Transportes Essenciais” (H.R. 710, Essential Transportation Worker Identification Credential Assessment Act). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50284>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1190 “Lei de 2015 Protegendo Acesso de Idosos ao Sistema Medicare” (H.R. 1190, Protecting Seniors’ Access to Medicare Act of 2015). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50294>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 774 “Lei de 2015 Execução de Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulamentada” (H.R. 774, Illegal, Unreported, and Unregulated Fishing Enforcement Act of 2015). O projeto proporcionaria a Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA) com ferramentas adicionais para fazer cumprir as leis de pesca e combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU na sigla em inglês). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50296>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2505 “Lei de 2015 Transparência na Cobertura do Programa de Vantagens do Medicare” (H.R. 2505, Medicare Advantage Coverage Transparency Act of 2015). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50295>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2506 “Lei de 2015 Proteção do Plano do Cuidado de Saúde de Idosos” (H.R. 2506, Seniors’ Health Care Plan Protection Act of 2015). Mais informações em: <http://www.cbo.gov/publication/50301>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2507 “Lei de 2015 Aumentando a Equidade Regulatória” (H.R. 2507, Increasing Regulatory Fairness Act of 2015). O projeto alteraria normas relativas ao Programa de Saúde Medicare. Mais informações em: <http://www.cbo.gov/publication/50303>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2579 “Lei de 2015 Garantindo Cuidado para Idosos” (H.R. 2579, Securing Care for Seniors Act of 2015). Mais informações em: <http://www.cbo.gov/publication/50302>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2395 “Lei de 2015 Empoderamento de Inspetores Gerais” (H.R. 2395, Inspector General Empowerment Act of 2015). Os Inspetores Gerais são servidores de investigação em organizações civis ou militares. Mais informações em: <http://www.cbo.gov/publication/50304>
- Estimativa de custo do Projeto do Senado 971 “Lei de 2015 de Melhoramento das Demonstrações de Práticas Médicas de Independência em Casa do Programa Medicare” (S. 971, Medicare Independence at Home Medical Practice Demonstration Improvement Act of 2015). Os projetos de demonstração do Medicare servem para testar e medir o efeito de alterações potenciais nos serviços. Mais informações em: <http://www.cbo.gov/publication/50305>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1633 “Lei de 2015 Responsabilidade nas Licenças Pagas do Departamento de Segurança Interna [DHS]” (H.R. 1633, DHS Paid Administrative Leave Accountability Act of 2015). Mais informações em: <http://www.cbo.gov/publication/50310>
- Estimativa de custo do Projeto do Senado 750 “Lei de Preservação e Proteção das Áreas de Fronteira do Arizona” (S. 750, Arizona Borderlands Protection and Preservation Act). Mais informações em: <http://www.cbo.gov/publication/50309>
- Apresentação “A Perspectiva Orçamentária de 2015 de Longo Prazo em 25 Slides” (The 2015 Long-Term Budget Outlook in 25 Slides). Mais informações em: <http://www.cbo.gov/publication/50300>
- Relatório “A Perspectiva Orçamentária de 2015 de Longo Prazo” (The 2015 Long-Term Budget Outlook). Esse relatório apresenta, em sua primeira página, a seguinte informação: se os legisladores tiverem como meta da dívida pública federal para 2040 equalizar a média dos últimos 50 anos de 38% do PIB, as receitas teriam que ser elevadas (ou, então, as despesas primárias teriam que ser reduzidas) em 2,6% do PIB, equivalentes a 14% de aumento das receitas ou redução de 13% das despesas primárias. Se a intenção fosse manter o nível atual da dívida de 74% do PIB, o percentual do PIB seria de 1,1% (equivalente a 6% no aumento da receita ou 5,5% de corte na despesa primária). Mais informações em: <http://www.cbo.gov/publication/50250>
- Estimativa de custo do Projeto do Senado 1172 “Lei de 2015 Melhoramentos de Transições Presidenciais Edward “Ted” Kaufman e Michael Leavitt” (S. 1172, Edward “Ted” Kaufman and Michael Leavitt Presidential Transitions Improvements Act of 2015). O projeto alteraria a lei federal que codifica o processo de transição de uma administração presidencial para outra. A proposta estabeleceria conselhos de funcionários federais para supervisionar e coordenar as atividades de transição dentro da Casa Branca e em todas as agências federais. Mais informações em: <http://www.cbo.gov/publication/50315>
- Estimativa de custo do Projeto do Senado 1315 “Lei de 2015 Proteção dos Proprietários de Facas” (S. 1315, Knife Owners’ Protection Act of 2015). O projeto permitiria que as pessoas portassem facas em estados onde seu porte é ilegal se a pessoa for viajar para estados onde portá-las seja legal ou vindo de um desses estados, desde que a faca estiver sendo levada de modo seguro, ou se a faca for uma lâmina de segurança projetada para cortar o cinto de segurança. Mais informações em: <http://www.cbo.gov/publication/50314>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2323 “Lei de 2015 Reforma de Comunicações Internacionais dos Estados Unidos” (H.R. 2323, United States International Communications Reform Act of 2015). O projeto promoveria várias alterações na radiodifusão internacional americana e autorizaria permanentemente dotações para esse efeito; consolidaria em duas entidades separadas diversas entidades federais e não federais que atualmente prestam tal radiodifusão; alteraria os princípios e missão subjacentes à difusão internacional; e limitaria a contratação de pessoal na entidade federal consolidada. Mais informações em: <http://www.cbo.gov/publication/50313>
- Estimativa de custo do Projeto do Senado 1331 “Lei de Melhoramento da Previsão Sazonal” (S. 1331, Seasonal Forecasting Improvement Act). Mais informações em: <http://www.cbo.gov/publication/50312>

- Relatório “Comunicando o Estado Fiscal da Nação” (Communicating the Nation’s Fiscal Status). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50311>
- Relatório “Respostas a perguntas para registro após uma audiência sobre o Trabalho de CBO Conduzida pela Comissão de Orçamento do Senado” (Answers to Questions for the Record Following a Hearing on the Work of CBO Conducted by the Senate Committee on the Budget). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50279>
- Relatório “Testemunho sobre a Perspectiva Orçamentária de 2015 de Longo Prazo” (Testimony on the 2015 Long-Term Budget Outlook). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50178>
- Relatório “Testemunho sobre o Estado do Fundo Fiduciário de Estradas e Opções para Pagamento de Despesas com Estradas” (Testimony on the Status of the Highway Trust Fund and Options for Paying for Highway Spending). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50298>
- Apresentação “Como CBO implementará Dynamic Scoring” (How CBO Will Implement Dynamic Scoring). “Dynamic Scoring” prevê o impacto das mudanças de política fiscal por presumir os efeitos das reações dos agentes econômicos para incentivos criados pela política. Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50317>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1965 “Lei de Simplificação de Divulgação de Pequenas Companhias” (H.R. 1965, Small Company Disclosure Simplification Act). O projeto isentaria as empresas emergentes de crescimento (EGCS) e outras pequenas empresas da obrigação de apresentar relatórios periódicos financeiros e outros para a Securities and Exchange Commission (SEC), utilizando Extensible Business Reporting Language (XBRL). XBRL é um padrão de comunicação que permite que os dados financeiros armazenados eletronicamente sejam compartilhados e pesquisados de forma eficiente. Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50319>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1334 “Lei de 2015 Equalização de Limiares de Registro de Holdings” (H.R. 1334, Holding Company Registration Threshold Equalization Act of 2015). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50325>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2064 “Lei de Melhorando Acesso a Capital para Companhias de Crescimento Emergente” (H.R. 2064, Improving Access to Capital for Emerging Growth Companies Act). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50324>
- Estimativa de custo do Projeto do Senado 1297 “Lei de Competitividade de Lançamentos Espaciais Comerciais” (S. 1297, U.S. Commercial Space Launch Competitiveness Act). O projeto autorizaria a Aeronautics and Space Administration (NASA) para continuar a manter e operar a Estação Espacial Internacional (ISS) até 2024. Atualmente, a NASA está autorizada a exercer essas atividades até 2020. A proposta exigiria que o Ministério de Transporte (DOT na sigla em inglês) e a NASA encaminhasse vários relatórios ao Congresso sobre operações espaciais comerciais e de serviços, as práticas da indústria, bem como a avaliação das passivos potenciais associados a lançamentos espaciais comerciais. Além disso, o projeto permitiria uma maior flexibilidade para as empresas privadas que procuram licenças de lançamento do DOT e incentivaria avanços em normas de segurança de lançamento. Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50323>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 432 “Lei de 2015 Alívio de Consultores de Companhias de Investimento de Pequenos Negócios” (H.R. 432, SBIC Advisers Relief Act of 2015). O projeto determinaria à Securities and Exchange Commission (SEC) que isentasse alguns consultores de investimento que assessoram Companhias de Investimento de Pequenos Negócios (SBICs na sigla em inglês) de requisitos para registrar com a SEC. Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50322>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1847 “Lei de 2015 Correção de Indenização de Instituição Financeira de Clearing de Dados de Swap” (H.R. 1847, Swap Data Repository and Clearinghouse Indemnification Correction Act of 2015). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50321>
- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 686 “Lei de 2015 Simplificação de Fusões, Aquisições, Vendas e Corretagens de Pequenas Empresas” (H.R. 686, Small Business Mergers, Acquisitions, Sales, and Brokerage Simplification Act of 2015). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50320>
- Relatório “Testemunho sobre o Estado do Fundo Fiduciário de Estradas e Opções para pagamento de Despesas com Estradas” (Testimony on the Status of the Highway Trust Fund and Options for Paying for Highway Spending). Mais informações em:
<http://www.cbo.gov/publication/50297>

- Apresentação “A Distribuição de Renda Familiar, Tributos Federais e Gastos do Governo” (The Distribution of Household Income, Federal Taxes, and Government Spending). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50318>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1525 “Lei de 2015 Simplificação e Modernização de Divulgação” (H.R. 1525, Disclosure Modernization and Simplification Act of 2015). O projeto exigiria que a Securities and Exchange Commission (SEC), no prazo de 180 dias a contar da promulgação, revisasse certas exigências de registro e divulgação para os emitentes de valores mobiliários com o objetivo de reduzir a carga sobre as pequenas empresas e para remover quaisquer disposições duplicadas ou desnecessárias. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50329>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1646 “Lei de Análise e Exame de Drones do Departamento de Segurança Interna” (H.R. 1646, Homeland Security Drone Assessment and Analysis Act). O projeto obrigaria o Departamento de Segurança Interna (DHS) a investigar o uso potencial de drones de tamanho pequeno e médio para atacar interesses dos EUA e de trabalhar com agências federais para desenvolver e padronizar protocolos para a prevenção de tais ações. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50327>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2357 “Lei de 2015 Acelerando Acesso a Capital” (H.R. 2357, Accelerating Access to Capital Act of 2015). O projeto tornaria mais fácil para as empresas a apresentar declarações de registro junto à Securities and Exchange Commission (SEC), a fim de vender valores mobiliários ao público. Especificamente, a proposta iria remover certas limitações sobre o uso de um formulário simplificado para a apresentação de uma declaração de registro. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50330>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 387 “Lei de Troca de Terra Tribal por meio de Desenvolvimento Econômico” (H.R. 387, Economic Development Through Tribal Land Exchange Act). O projeto autorizaria a troca de interesses em terras entre a Tribo “Morongo Band of Mission Indians”, um proprietário de terras privadas e a cidade de Banning, California. Como as terras tribais são mantidas em fideicomisso pelo governo federal para o benefício da tribo, a tribo precisa de autorização do Congresso para promover a troca de terras. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50328>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 614 “Lei de 2015 Coordenação de Pagamentos Federais Impróprios” (S. 614, Federal Improper Payments Coordination Act of 2015). O projeto emendaria a lei federal com o objetivo de reduzir os pagamentos indevidos feitos pelo governo federal; pagamentos indevidos ocorrem quando os fundos são pagos ao destinatário errado, o destinatário recebe a quantidade incorreta de fundos, a documentação não está disponível para apoiar um pagamento, ou o destinatário utiliza recursos de uma maneira imprópria. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50326>

- Relatório “Efeitos Orçamentários e Econômicos de Revogar a Lei de Cuidado Acessível” (Budgetary and Economic Effects of Repealing the Affordable Care Act). O Affordable Care Act é conhecido como Obamacare. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50252>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 806 “Lei de 2015 Condutor Comercial Livre de Drogas” (S. 806, Drug Free Commercial Driver Act of 2015). O projeto exigiria do Ministério de Transportes (DOT), juntamente com o Ministério de Saúde e Serviços Humanos (HHS), a emissão de regulamentos para permitir que transportadoras usassem o teste de cabelo como uma alternativa ao exame de urina durante a realização de testes de abuso de substâncias preadmissionais e aleatórios dos seus condutores comerciais. A lei também exigiria que o HHS estabelecesse requisitos para protocolos de laboratório para testes de cabelo. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50335>

- Estimativa de custo do Projeto do Senado 756 “Lei de 2015 Responsabilidade por Crimes de Guerra na Síria” (S. 756, Syrian War Crimes Accountability Act of 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50334>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1777 Lei de 2015 Modernização das Pensões Presidenciais” (H.R. 1777, Presidential Allowance Modernization Act of 2015). O projeto diminuiria as pensões dos ex-presidentes, aumentaria as pensões dos cônjuges sobreviventes de ex-presidentes, e limitaria os subsídios previstos para cada ex-presidente para pessoal, espaço de escritório e outras despesas relacionadas. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50338>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 1295 “Lei de 2015 Extensão de Preferência de Comércio” (H.R. 1295, Trade Preference Extension Act of 2015). Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50336>

- Estimativa de custo do Projeto da Câmara dos Deputados 2620 “Um Projeto de Lei para alterar a Lei Americana de Futuros de Algodão para excluir certos contratos futuros de algodão de cobertura sob tal Lei” (H.R. 2620, a bill to amend the United States Cotton Futures Act to exclude certain cotton futures contracts from coverage under such Act). Sob a lei atual, todo o algodão apresentado para a entrega de encontro a um contrato de futuros negociados em bolsa listadas nos Estados Unidos deve ter amostras colhidas e classificado pelo Ministério da Agricultura. Como consequência, quase todo o algodão apresentado para esses contratos é cultivado internamente nos EUA; considerações de custo, entre outras coisas, limitam a quantidade de algodão estrangeiro que é enviado para a classificação. O projeto isentaria determinados contratos futuros de algodão desses requisitos de amostragem e de classificação. Especificamente, o algodão cultivado fora dos Estados Unidos, que é oferecido contra um contrato de futuros negociado em uma bolsa Estados Unidos não precisaria ser classificado pelo Serviço de Mercado Agrícola (AMS na sigla em inglês), a agência federal que testa e classifica algodão. Mais informações em:

<http://www.cbo.gov/publication/50337>

Vereadores da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 2015:

Presidente: Antonio Donato
1ª Vice-Presidente: Edir Sales
2º Vice-Presidente: Toninho Paiva
1º Secretário: Aurélio Nomura
2º Secretário: Paulo Frange
1º Suplente: Eduardo Tuma
2ª Suplente: Noemi Nonato

Abou Anni	Marcos Belizário
Adilson Amadeu	Mario Covas Neto
Adolfo Quintas	Marquito
Alessandro Guedes	Milton Leite
Alfredinho	Natalini
Andrea Matarazzo	Nelo Rodolfo
Anibal de Freitas	Netinho de Paula
Ari Friedenbach	Ota
Arselino Tatto	Patrícia Bezerra
Atílio Francisco	Paulo Fiorilo
Aurélio Miguel	Pr. Edemilson Chaves
Calvo	Quito Formiga
Claudinho de Souza	Reis
Conte Lopes	Ricardo Nunes
Dalton Silvano	Ricardo Young
David Soares	Salomão Pereira
Eliseu Gabriel	Sandra Tadeu
George Hato	Senival Moura
Gilson Barreto	Souza Santos
Jair Tatto	Toninho Vespoli
Jonas Camisa Nova	Ushitaro Kamia
José Police Neto	Valdecir Cabrabom
Juliana Cardoso	Vavá
Laércio Benko	Wadih Mutran

CONSULTORIA TÉCNICA DE ECONOMIA E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO:

Consultores Técnicos Legislativos Economistas:
Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Marcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

Contato: cte2@camara.sp.gov.br